



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JOÃO BATISTA DA SILVA IMBIRIBA

**DA EXPULSÃO DO ALTAR AO RECONHECIMENTO PÚBLICO: o tombamento da
Coleção Perseverança como instrumento de resistência e valorização da cultura negra**

Maceió-AL

2025

JOÃO BATISTA DA SILVA IMBIRIBA

**DA EXPULSÃO DO ALTAR AO RECONHECIMENTO PÚBLICO: o tombamento da
Coleção Perseverança como instrumento de resistência e valorização da cultura negra.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal
de Alagoas como requisito parcial para obtenção da
graduação em bacharelado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Oliveira Rodrigues

Maceió-AL

2025

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/ 661

- I32d Imbiriba, João Batista da Silva.
Da expulsão do altar ao reconhecimento público : o tombamento da Coleção Perseverança como instrumento de resistência e valorização da cultura negra / João Batista da Silva Imbiriba. – 2025.
56 f. : il.
- Orientador: Rafael de Oliveira Rodrigues.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2025.
- Bibliografia: f. 54-56.
1. Coleção Perseverança. 2. Patrimônio cultural afro-brasileiro. 3. Quebra de Xangô. 4. Racismo Estrutural. 5. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). I. Título.

CDU: 323.14(81)

JOÃO BATISTA DA SILVA IMBIRIBA

**DA EXPULSÃO DO ALTAR AO RECONHECIMENTO PÚBLICO: o tombamento da
Coleção Perseverança como instrumento de resistência e valorização da cultura negra.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
corpo docente da Universidade Federal de
Alagoas como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Sociais. Aprovado
em 29 de maio de 2025.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
RAFAEL DE OLIVEIRA RODRIGUES
Data: 04/06/2025 10:37:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Oliveira Rodrigues
(Universidade Federal de Alagoas)



Documento assinado digitalmente
BRUNO CESAR CAVALCANTI
Data: 04/06/2025 12:12:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Me. Bruno Cesar Cavalcanti
(Universidade Federal de Alagoas)



Documento assinado digitalmente
DANILO LUIZ MARQUES
Data: 04/06/2025 11:32:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. Danilo Luiz Marques
(Universidade Federal de Alagoas)

A Alice e Pedro, que me geraram do abraço entre a pele negra e a pele branca, em um país, que naquele momento, ainda celebrava este encontro como forma de apagar o negro na busca ilusória por um país mais “claro”, e mesmo assim me ensinaram que o amor não reconhece fronteiras, foram eles os primeiros a me mostrarem que a humanidade é feita de encontros, que o afeto e respeito é o que realmente deve importar.

Quando suas presenças tornaram-se saudade, vieram minhas mães negras — Coló, Ednea e Maria — que com mãos firmes e calejadas e corações imensos, me ensinaram que o mundo é um só (“uma oca”, como disse o poeta), e que nele devemos viver sonhando com justiça e caminhando com ancestralidade. A elas, e ele, que me deram chão, memória e sentido, ofereço estas reflexões como flores colhidas no tão sonhado caminho da consciência.

AGRADECIMENTOS

Nenhum caminho é trilhado sozinho. Ao longo desta jornada acadêmica, encontrei mãos estendidas, palavras certeiras e presenças silenciosas que, mesmo sem saber, sustentaram os meus passos.

A Acácio, meu irmão de alma, deixo um agradecimento que ultrapassa qualquer tempo e espaço. Mesmo entre discussões e discordâncias, aprendi a te reconhecer como porto seguro, alguém que permanece quando o mundo parece desabar. A força do vínculo que temos é mais profundo do que qualquer ruído.

À Samara, minha gratidão pelo acolhimento constante. Obrigado por me enxergar além dos meus erros e por jamais permitir que meus momentos de inconstância interferissem em teu julgamento sobre mim. Tua fidelidade durante todo esse processo foi abrigo e me deu coragem.

À Solange, Mariana e Hildete que são espelhos. Amizade e solidariedade são palavras que vocês ressignificam com atitudes e gestos. Nesta trajetória acadêmica, vocês foram inspiração, mostrando que o saber pode e deve ser afetuoso.

À Lúcia, agradeço pelo companheirismo incansável. Estiveste comigo quando o peso parecia insuportável, e nunca, em momento algum, soltaste a minha mão. Tua presença foi presença inteira — não como quem ajuda por obrigação, mas como quem acolhe por escolha.

A Ivone, minha amiga mais antiga, agradeço por estar sempre ali — principalmente nas horas mais difíceis. Teu cuidado discreto, tua escuta generosa, tuas orações e tua permanência silenciosa me mostraram que há vínculos que resistem ao tempo e florescem na dor.

A Bruno, Raielly, Maria Alice e Júlia, ofereço não apenas meu agradecimento, mas meu compromisso. Vocês são farol. São o motivo pelo qual quero, dia após dia, me tornar uma pessoa melhor, mais justa e mais inteira. Cada gesto, cada sorriso e cada troca que tive com vocês me lembram que a luta vale a pena e que o futuro se constrói com afeto e responsabilidade.

À Livia, cuja presença foi essencial em cada passo deste percurso acadêmico. Seu companheirismo, sua confiança e sua profunda cumplicidade foram forças silenciosas, porém determinantes, para que eu persistisse mesmo nos momentos mais difíceis. Sem ela, não apenas teria sido mais dura a travessia, como talvez eu não tivesse chegado até aqui.

A Pedro e Ana Paula — dois encontros que transformaram minha jornada em algo mais leve, significativo e cheio de sentido. Pedro, com sua generosidade e escuta atenta, e Ana Paula,

com sua sensibilidade e força inspiradora, tornaram-se pilares nessa caminhada. A vocês minha gratidão e respeito — por terem sido presença, apoio e afeto num caminho que não se faz sozinho. Obrigado por me ajudarem a continuar.

Aos mestres que moldaram meu olhar e ampliaram meu entendimento de mundo, minha mais profunda gratidão.

A Rafael, agradeço pelo acolhimento sincero, pela sensibilidade em cada troca, pela compreensão em todos os momentos e pela ajuda constante ao longo de todo este processo. Sua orientação foi mais do que acadêmica — foi humana.

À professora Nádia, que me ajudou a ampliar horizontes e me ofereceu a possibilidade de ver além do óbvio.

Ao professor Arim do Bem, que me ensinou, com firmeza e leveza, que não devemos ter medo de dizer o que pensamos — mesmo quando isso desagrade expectativas alheias.

À Joyce, cuja orientação me ensinou que a ciência pode (e deve) ter sensibilidade: que é possível, sim, produzir conhecimento com rigor, sem abandonar a escuta, a subjetividade e o compromisso com a transformação. Você é inspiração, como cientista e como educadora.

A todos e todas que caminharam comigo, direta ou indiretamente, deixo a certeza de que esta jornada só foi possível por nossos encontros. É com vocês e por vocês que sigo.

"A memória é a arma do povo negro. É com ela que a gente rompe o
silêncio imposto pela violência do esquecimento."
(Lelia Gonzales)

RESUMO

O presente estudo analisa a importância do tombamento da Coleção Perseverança como instrumento de combate ao racismo estrutural no Brasil. Realizado pelo IPHAN em 2024, este ato transcende a mera preservação patrimonial, configurando-se como uma ação política e simbólica de resistência contra um sistema historicamente opressor. A pesquisa contextualiza a situação da população negra no período pós-abolição, quando a ausência de políticas inclusivas e reparatórias, somada à disseminação de teorias pseudocientíficas sobre inferioridade racial, consolidou um racismo estrutural que permeia instituições e relações sociais até a atualidade. Neste cenário, as manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras tornaram-se alvo de violenta repressão, exemplificada pelo episódio da Quebra de Xangô (1912) em Alagoas, quando terreiros foram destruídos e lideranças religiosas perseguidas numa tentativa sistemática de apagamento identitário. A Coleção Perseverança, composta por objetos sagrados confiscados durante este episódio, representa a materialização desta violência, mas também da resistência cultural negra. Seu tombamento emerge como resposta estratégica à invisibilização histórica, reconhecendo oficialmente a contribuição afro-brasileira para a formação da identidade nacional. Através de metodologia qualitativa documental, incluindo pesquisas no acervo do LACC/UFAL e análise do processo de tombamento, o estudo demonstra como esta ação patrimonial constitui um mecanismo de resistência e resiliência que resgata a autonomia cultural de uma população historicamente marginalizada. O reconhecimento oficial deste patrimônio não apenas preserva memórias e objetos, mas fortalece a luta antirracista ao promover educação, conscientização e valorização da diversidade cultural. Conclui-se que o tombamento da Coleção Perseverança representa um avanço significativo na reparação simbólica das violências perpetradas contra a população afro-brasileira, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural, onde a memória e o patrimônio desempenham papéis essenciais na desconstrução de narrativas hegemônicas que historicamente inferiorizaram as contribuições negras à identidade brasileira.

Palavras-chave: Coleção Perseverança, IPHAN-Brasil, Patrimônio Cultural Afro-brasileiro, Quebra de Xangô, Racismo Estrutural.

RESUMEN

El presente estudio analiza la importancia de la declaración como patrimonio histórico de la Colección Perseverança como instrumento de combate al racismo estructural en Brasil. Realizado por el IPHAN en 2024, este acto trasciende la mera preservación patrimonial, configurándose como una acción política y simbólica de resistencia contra un sistema históricamente opresor. La investigación contextualiza la situación de la población negra en el período post-abolición, cuando la ausencia de políticas inclusivas y reparadoras, sumada a la diseminación de teorías pseudocientíficas sobre inferioridad racial, consolidó un racismo estructural que permea instituciones y relaciones sociales hasta la actualidad. En este escenario, las manifestaciones culturales y religiosas afrobrasileñas se convirtieron en blanco de violenta represión, ejemplificada por el episodio de la "Quebra de Xangô" (Ruptura de Xangô) (1912) en Alagoas, cuando terreiros fueron destruidos y líderes religiosos perseguidos en un intento sistemático de borrado identitario. La Colección Perseverança, compuesta por objetos sagrados confiscados durante este episodio, representa la materialización de esta violencia, pero también de la resistencia cultural negra. Su declaración como patrimonio histórico emerge como respuesta estratégica a la invisibilización histórica, reconociendo oficialmente la contribución afrobrasileña para la formación de la identidad nacional. A través de metodología cualitativa documental, incluyendo investigaciones en el acervo del LACC/UFAL y análisis del proceso de declaración patrimonial, el estudio demuestra cómo esta acción patrimonial constituye un mecanismo de resistencia y resiliencia que rescata la autonomía cultural de una población históricamente marginalizada. El reconocimiento oficial de este patrimonio no solo preserva memorias y objetos, sino que fortalece la lucha antirracista al promover educación, concientización y valorización de la diversidad cultural. Se concluye que la declaración como patrimonio histórico de la Colección Perseverança representa un avance significativo en la reparación simbólica de las violencias perpetradas contra la población afrobrasileña, contribuyendo a la construcción de una sociedad más justa y plural, donde la memoria y el patrimonio desempeñan papeles esenciales en la deconstrucción de narrativas hegemónicas que históricamente inferiorizaron las contribuciones negras a la identidad brasileña.

Palabras clave: Colección Perseverança, IPHAN-Brasil, Patrimonio Cultural Afrobrasileño, Quebra de Xangô (Ruptura de Xangô), Racismo Estructural.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LACC	Laboratório da Cidade e do Contemporâneo
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
ICS	Instituto de Ciências Sociais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
INEG	Instituto do Negro de Alagoas
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
GT	Grupo de Trabalho
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	13
2 - CICATRIZES COLONIAIS: A CONSTRUÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL.....	19
2.1. A escravização como fundação do Brasil moderno.....	21
2.2. Pós-abolição e o abandono institucional da população negra.....	23
2.3. O pensamento social brasileiro e as políticas de embranquecimento.....	25
2.4. Exclusão como projeto: marginalização e apagamento da cultura negra.....	27
3 - FORMAÇÃO SOCIAL ALAGOANA, RACISMO E VIOLÊNCIA FÍSICA E SIMBÓLICA DA QUEBRA DE XANGÔ.....	31
3.1 Contexto socioeconômico e político de Alagoas na primeira república e a situação da população negra.....	34
3.1.1. A elite agrária, oligarquias e a manutenção do poder na república velha.....	35
3.2 A Quebra De Xangô (1912): crônica de uma violência anunciada, intolerância religiosa e racismo institucionalizado em Alagoas.....	37
4 - O TOMBAMENTO DA COLEÇÃO PERSEVERANÇA: MEMÓRIA E IDENTIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA EM ALAGOAS.....	43
4.1. A Coleção Perseverança: origem, composição e significado histórico.....	43
4.1.1. O valor simbólico e documental da coleção.....	45
4.2. O processo de tombamento da Coleção Perseverança.....	45
4.3. O tombamento como instrumento de reparação e resgate da identidade negra.....	48
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS	

1 - INTRODUÇÃO

A presente monografia propõe uma análise sobre a importância do tombamento da Coleção Perseverança, um ato simbólico e político que busca resgatar a identidade, a resistência e a valorização cultural negra. Este processo de tombamento é apresentado como uma ferramenta potente na luta contra o racismo estrutural, um mal que permeia a sociedade brasileira desde os tempos da escravidão e se perpetua por meio de práticas, discursos e instituições que ainda marginalizam a população negra nos dias atuais.

Para compreender a relevância do reconhecimento e do tombamento da Coleção Perseverança, realizado no ano de 2024 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é fundamental situá-la no contexto histórico pós-abolição. A abolição formal da escravidão, em 1888, não significou a conquista plena de direitos e liberdade para a população negra no Brasil. Ao contrário, o fim da escravidão trouxe consigo uma série de desafios, pois a estrutura social, política e econômica que havia sustentado o regime escravocrata continuava a discriminar e marginalizar os negros, mesmo sem a presença explícita da escravidão.

Esse cenário se configura como um exemplo clássico de racismo estrutural, uma estrutura invisível, mas profundamente arraigada, que legitima e perpetua a exclusão dos negros nas mais diversas esferas da sociedade. O racismo, nesse sentido, não é um fenômeno individual ou episódico, mas um processo histórico que se manifesta em práticas cotidianas, nos discursos, nas políticas públicas e, especialmente, nas instituições que moldam a vida social. Durante o período pós-abolição, um dos maiores desafios foi a tentativa de assimilação da população negra, não à cidadania, mas a um processo de subordinação e invisibilização. A mentalidade racista, fundamentada em teorias pseudocientíficas sobre a inferioridade dos negros, foi alimentada por projetos eugenistas de “branqueamento” da sociedade, que buscavam, por meio da imigração europeia, reduzir a presença negra no país e promover a homogeneização racial da população.

Nesse contexto, a cultura e as religiões de matriz africana foram alvo de um processo de repressão e violência. A Quebra de Xangô, de 1912, ocorrida em Alagoas, é um exemplo dessa intolerância religiosa e cultural. O episódio ilustra a violência civil e estatal contra as manifestações culturais afro-brasileiras, marcando um momento de resistência, mas também de grande sofrimento para a comunidade negra. Esta pesquisa propõe-se a analisar esse evento como

uma expressão clara da mentalidade racista e como um reflexo das profundas tensões que se estabeleceram entre as forças políticas e sociais na pós-abolição.

O episódio da Quebra de Xangô revela como a religiosidade afro-brasileira foi, e ainda é, alvo de discriminação e repressão. A prática do candomblé, por exemplo, foi vista não apenas como uma manifestação religiosa, mas como um símbolo da resistência da população negra à opressão. A Quebra de Xangô, nesse sentido, representa uma tentativa de eliminar fisicamente e simbolicamente a resistência negra por meio da destruição de terreiros e a violência contra as lideranças religiosas afro-brasileiras.

Ao nos debruçarmos sobre esse evento é possível refletir como o racismo institucionalizado se articula com as esferas religiosa, política e cultural, criando um ciclo de marginalização que dura até os dias atuais. A violência física contra as casas de axé, suas lideranças e integrantes foi apenas uma das formas de repressão; outra dimensão, ainda mais profunda, foi a tentativa de negar a importância histórica e cultural das religiões afro-brasileiras. A exclusão dessas práticas das narrativas nacionais oficializadas é uma das formas de manutenção da mentalidade racista que considera a cultura negra como inferior e irrelevante.

O tombamento da Coleção Perseverança, nesse sentido, apresenta-se como uma resposta direta e estratégica a esse quadro de invisibilização e exclusão. O tombamento não é apenas uma ação administrativa ou burocrática; ele possui um profundo significado político e simbólico. O acervo de objetos que compõem a Coleção Perseverança é um patrimônio que contém memórias, símbolos e objetos relacionados à resistência cultural negra, e sua preservação é uma forma de garantir que as contribuições da população negra sejam reconhecidas e respeitadas como parte integrante da formação da identidade nacional.

Ao ser tombado, a Coleção Perseverança se torna um instrumento de luta. Ele é um símbolo de resistência contra o racismo estrutural que tem como objetivo apagar ou marginalizar a presença negra na história do Brasil. O processo de tombamento é, portanto, uma estratégia de afirmação e valorização da cultura negra, buscando não só preservar um acervo material, mas também reforçar a memória coletiva e promover um debate público sobre a importância da diversidade cultural no Brasil.

Além disso, o tombamento é uma medida que permite a educação e a conscientização social sobre as práticas culturais afro-brasileiras, oferecendo aos indivíduos a oportunidade de refletirem sobre o racismo estrutural e de questionarem as narrativas dominantes. A ação de

preservar, valorizar e divulgar a Coleção Perseverança contribui para a construção de uma sociedade mais justa, em que as diversas culturas, especialmente a negra, tenham o reconhecimento e o respeito que merecem.

A preservação da Perseverança não se limita à simples conservação de objetos ou documentos. Ela representa uma tentativa de restaurar e reconstituir as memórias de um povo que foi historicamente despojado de sua dignidade, seus bens culturais e sua identidade. O patrimônio cultural afro-brasileiro, portanto, deve ser visto como um mecanismo de resistência e resiliência, que resgata a autonomia e a soberania cultural de uma população que sempre esteve à margem da sociedade dominante.

Essa valorização do patrimônio negro é crucial na luta antirracista, pois ela não apenas combate a invisibilidade das práticas culturais afro-brasileiras, mas também contribui para a descolonização do pensamento e da memória social. O combate ao racismo estrutural exige ações concretas que envolvam o reconhecimento e a valorização das contribuições afro-brasileiras à formação da cultura e da identidade nacional. O tombamento da Coleção Perseverança é, nesse sentido, uma estratégia eficaz para fortalecer a luta antirracista e para promover a igualdade racial.

O reconhecimento oficial de patrimônios culturais negros, afro-brasileiros, como o acervo de objetos que compõe a Perseverança, pode contribuir para a construção de um Brasil mais plural e democrático, propagando a mensagem de que as diferentes culturas e histórias sejam respeitadas e celebradas. Além disso, a proteção e a promoção desses patrimônios são fundamentais para garantir que as gerações futuras compreendam a importância da diversidade cultural e da luta contra a opressão racial.

A análise do tombamento da Coleção Perseverança revela que a preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro é uma ação de resistência política e simbólica contra o racismo estrutural. Ao recuperar e valorizar a memória histórica e cultural da população negra, o tombamento se configura como um meio de promover a igualdade racial e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Este processo, que envolve a proteção de bens culturais de grande valor simbólico, fortalece a luta antirracista e permite uma reflexão crítica sobre as práticas de exclusão e marginalização que ainda permeiam a sociedade brasileira.

Ao compreender o impacto do tombamento da coleção, é possível perceber que a luta contra o racismo não se dá apenas no campo jurídico ou político, mas também no campo

simbólico e cultural, onde a memória e o patrimônio desempenham papéis essenciais na construção de uma identidade coletiva inclusiva e democrática.

Tomando o tombamento da Perseverança como ponto de partida para nossa investigação, a questão problema que esta pesquisa busca responder é: de que maneira o processo de tombamento do da Coleção Perseverança se configura como uma estratégia de resistência e enfrentamento ao legado do racismo, promovendo o reconhecimento da cultura negra e contribuindo para a desconstrução de narrativas hegemônicas que historicamente inferiorizaram e invisibilizaram as contribuições afro-brasileiras? Procuramos refletir como a preservação e valorização deste acervo específico não é apenas um ato de salvaguarda patrimonial, mas, sobretudo, uma ação política e pedagógica com profundo impacto social.

Visando aprofundar esta questão, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o tombamento do acervo que compõe a Coleção Perseverança, realizado pelo IPHAN em finais do ano de 2024.. Além dele, foram definidos os seguintes objetivos específicos: contextualizar a situação da população negra no Brasil pós-abolição, evidenciando a construção da mentalidade racista e as suas consequências para a exclusão social e cultural; analisar o episódio da Quebra de Xangô como um exemplo da violência e da intolerância racial e religiosa direcionada às manifestações culturais afro-brasileiras, ilustrando a mentalidade racista em ação; e, por fim, analisar o processo de tombamento da coleção, identificando seus significados, desafios e potencialidades como instrumento de preservação da memória, valorização da diversidade, promoção da igualdade racial e da luta antirracista.

A relevância deste estudo reside na necessidade atualíssima de se compreender e valorizar as estratégias de resistência e afirmação da cultura negra frente a um histórico de opressão e silenciamentos. O tombamento de acervos como a Coleção Perseverança representa um avanço significativo no reconhecimento da importância da herança africana para a formação da identidade nacional, na utilização de metodologias colaborativa por parte do IPHAN é um passo crucial na reparação simbólica das violências sofridas pela população afro-brasileira. Ao analisar este caso específico, esta monografia busca oferecer subsídios para o debate sobre políticas de patrimônio cultural, memória social e combate ao racismo, destacando o papel ativo da preservação cultural na transformação social.

Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizada uma metodologia qualitativa de caráter documental dividida em três etapas.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico no acervo do Laboratório da Cidade e do Contemporâneo (LACC), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), coordenado pelo professor Rafael O. Rodrigues. Nesta etapa consultamos o acervo do professor Bruno César Cavalcanti. Foram coletados documentos de fontes e origens diversas, por exemplo, material textual como livros, catálogos, revistas, mapas dos terreiros de Alagoas e fotográfico. O nosso foco nesta etapa era montarmos um banco de dados com materiais composto por documentos e estudos científicos mais amplos que nos permitisse compreender como operam as políticas de patrimônio cultural brasileiras, religiosidade afro-brasileira em alagoas, o Quebra de Xangô e a Coleção Perseverança.

Dando continuidade, na segunda etapa, foram coletados trabalhos acadêmicos como TCC, dissertações e teses no Sistema de bibliotecas da UFAL. Os dados coletados tiveram como referência a literatura socioantropológica do pensamento social brasileiro, especialmente os autores que produziram um modelo analítico crítico da sociedade Brasileira. Os autores que serão melhores apresentados nos capítulos seguintes produziram seus esquemas interpretativos na segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI.

Por fim, na terceira etapa, foram coletados materiais no banco de dado do IPHAN, em Maceió, especificamente o relatório com a Proposta de Tombamento da Coleção Perseverança, processo número 1896-T-20, produzido pela equipe técnica do IPHAN designada para o trabalho e pelo grupo de trabalho colaborativo com representantes povos de religiosidade de matriz africana. A proposta de tombamento é composta por 24 páginas em que são apresentadas, com bases em referências do campo do patrimônio cultural e num diálogo com diferentes atores do campo religioso de Alagoas, as demandas dos povos de santo para o tombamento da perseverança. É importante destacar que este documento materializa o esforço de aplicar uma metodologia etnográfica para produzir conhecimento de forma colaborativa com os povos de terreiro, os principais interessados no tombamento da coleção perseverança, segundo o argumento do próprio IPHAN (2024).

Por fim, é necessário dizer que esta monografia está estruturada em uma introdução, três capítulos centrais e as considerações finais. Inicialmente abordaremos a formação social brasileira no pós-abolição, com foco na construção da mentalidade racista e na marginalização da população negra. A seguir se aprofundará na análise da Quebra de Xangô, utilizando-a como um estudo de caso para ilustrar a perseguição às culturas e religiões de matriz africana e a

manifestação prática do racismo institucionalizado. Finalmente, nos debruçarmos sobre o estudo do tombamento da Coleção Perseverança, analisando seu impacto como processo de combate, resistência e valorização da identidade e diversidade cultural negra, e como um instrumento fundamental na luta contra o racismo estrutural.

2 - CICATRIZES COLONIAIS: A CONSTRUÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo situar o racismo estrutural como um processo histórico e profundamente enraizado na formação social brasileira. Partindo da escravização como base da sociedade colonial, a análise percorre os impactos do pós-abolição, a influência do pensamento social brasileiro e as estratégias políticas e simbólicas de marginalização da população negra. Através do diálogo com autores como Silvio Almeida, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Kabengele Munanga e Lilia Schwarcz, busca-se compreender como o racismo foi naturalizado no imaginário social e institucionalizado nas estruturas do Estado. O capítulo encerra apontando para a Quebra de Xangô como um evento emblemático desse processo histórico de exclusão e apagamento, antecipando o debate que será aprofundado no capítulo seguinte.

A estrutura social brasileira foi erguida sobre os alicerces da escravização. A escravização de africanos e seus descendentes durante mais de três séculos constituiu não apenas um regime de trabalho, mas um sistema que definiu posições sociais, moldou relações interpessoais e estruturou o próprio Estado brasileiro. Como observa Florestan Fernandes, a abolição da escravatura em 1888 não significou a integração dos negros à sociedade como cidadãos de pleno direito. Ao contrário, o que se verificou foi a continuidade de um “padrão de exclusão”, agora sob novas formas, que mantinha a população negra à margem do progresso social. Nas palavras do autor: “Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepara-los para o novo regime de organização de vida e do trabalho” (Fernandes, 2008, p. 28), o negro foi libertado juridicamente, mas a estrutura social manteve-se intacta, excluindo-o da participação efetiva na vida econômica, política e cultural.

Essa exclusão foi reforçada pelo pensamento social brasileiro do século XIX e início do XX, que procurava justificar a marginalização dos negros por meio de teorias racistas travestidas de ciência. Lilia Schwarcz demonstra como, durante esse período, a elite intelectual brasileira abraçou ideias eugênicas e deterministas, concebendo o Brasil como uma nação “embranquecível”, onde o negro era visto como obstáculo ao progresso. Como afirma a autora: “A análise de diferentes instituições de saber de seleção e consagração intelectual, propiciará um

amplo panorama das elites ilustradas nacionais da época, bem como a recuperação da lógica de recriação desses modelos raciais” (Schwarcz, 1993, p. 86). O negro passou a ser representado como um sujeito sem passado, sem memória e sem cultura, e sua presença foi tratada como um problema a ser solucionado. Essa perspectiva foi institucionalizada nas políticas públicas do período republicano, que incentivaram a imigração européia em detrimento da inclusão dos ex-escravizados.

A continuidade da opressão racial no Brasil contemporâneo encontra, segundo Silvio Almeida, sua expressão mais profunda naquilo que ele denomina de racismo estrutural. Para Almeida, não se trata apenas de atos discriminatórios pontuais, mas de um sistema que organiza a sociedade em torno da exclusão racial.

Um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (Almeida, 2019, p. 27).

O racismo estrutura a sociedade, organiza os lugares sociais e define os acessos ao poder, à renda, à educação e à cidadania. Esse racismo não é invisível — ele é naturalizado, incorporado ao cotidiano e reproduzido pelas instituições. É, portanto, um mecanismo de manutenção de privilégios que se perpetua, ainda que por vias simbólicas e indiretas.

Além disso, destaca-se a importância de compreender a dimensão subjetiva e intersubjetiva desse processo. O racismo não só exclui, mas também estrutura as possibilidades de pertencimento e reconhecimento social e, por sua vez, reforça que o acesso à cidadania plena por parte da população negra sempre esteve condicionado à negação de sua identidade, cultura e religiosidade. Kabengele Munanga complementa ao afirmar que:

O modelo sincrético, não democrático, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente foi assimilacionista. Ele tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada em uma visão eurocêntrica (Munanga, 2008, p. 95).

O racismo brasileiro é insidioso, pois se disfarça sob a capa da cordialidade e da mestiçagem, dificultando sua identificação e enfrentamento.

Neste cenário, eventos como a Quebra de Xangô em Alagoas, ocorrido em 1912, revelam a materialidade dessa lógica de exclusão e violência. Mais do que um ataque aos terreiros de matriz africana, a Quebra representa o esforço do Estado e da sociedade branca dominante de apagar as marcas da presença africana no Brasil. É um exemplo de como a

repressão religiosa se insere em uma lógica mais ampla de desumanização e silenciamento da população negra. Esse episódio, que será analisado com mais profundidade no capítulo seguinte, funciona como uma chave interpretativa para compreendermos como o racismo estrutural se manifesta em práticas concretas de destruição cultural, reafirmando as cicatrizes deixadas pelo colonialismo e pela escravização.

2.1. A escravização como fundação do Brasil moderno

A escravização no Brasil foi mais do que um sistema de exploração econômica: foi a base da formação do Estado, da cultura e das relações sociais. Ao longo de mais de trezentos anos, o cativo negro estruturou as formas de produção, de organização do trabalho, de relação com o espaço urbano e rural, inclusive, os marcos legais e institucionais do país. Como afirma Silvio Almeida, “as classificações raciais tiveram papel importante para definir as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias de desenvolvimento econômico” (Almeida, 2019, p. 43), assim a escravização negra, como forma fundante da economia e da estrutura social brasileira, foi marcada por uma racionalidade própria, cuja função era justificar e manter a dominação racial.

Essa racionalidade não desapareceu com a abolição. Ao contrário, foi transmutada em um sistema que continuou a marginalizar os descendentes dos escravizados. Como bem observa Florestan Fernandes em uma de suas mais importantes análises sobre o pós-abolição:

A rigor não ficaram apenas à margem do processo de crescimento econômico, [...]. Partilharam de tal modo da rede de ocupações e de oportunidades abertas pelo “estilo urbano de vida” que acabaram eternizando os inevitáveis desajustamentos iniciais, nascidos da crise do antigo regime, e se convertendo rapidamente, em toda plenitude, numa população em desorganização social crônica (Fernandes, 2008, p. 161-162).

A escravização terminou formalmente, mas suas consequências sociais e culturais continuaram a atuar com extrema força. Não houve ruptura. A ordem escravocrata foi absorvida pela ordem capitalista nascente sem que se fizesse qualquer tipo de transformação estrutural. A ‘liberdade’ foi uma forma jurídica vazia, pois não foi acompanhada de oportunidades reais de ascensão social para os negros, tampouco de políticas públicas que pudessem integrar essa população à vida econômica e cívica do país.

Um exemplo claro dessa transição conservadora é a política de incentivo à imigração europeia no final do século XIX. Enquanto os negros libertos eram abandonados à própria sorte, o Estado investia na vinda de trabalhadores brancos, oferecendo terra, emprego e suporte. Essa escolha refletia não apenas interesses econômicos, mas uma ideologia racial. Como salientado por Florestan Fernandes: “convencionou-se que os princípios democráticos imperavam nas relações inter-raciais e que a forma de acomodação racial predominante seria igualitária” (Fernandes, 2008, p. 341), a política de embranquecimento, reafirmava a crença de que o progresso da nação dependia da diluição da presença negra no corpo social.

Essa exclusão não se limitou ao campo simbólico. Ela se manifestou, por exemplo, no acesso à terra, negado sistematicamente aos negros no pós-abolição, e se atualiza nas formas contemporâneas de segregação urbana. A cidade, tal como foi pensada e organizada, reforça desigualdades raciais. A localização das populações negras nas periferias não é um acaso geográfico, mas uma consequência de políticas de exclusão que remontam à escravidão.

Esse padrão se repete nas relações de trabalho. A inserção do negro no mercado sempre foi marcada pela precariedade. Florestan Fernandes (2008) sintetiza isso ao afirmar que o lugar do negro sempre foi o da subalternidade, da informalidade e da exploração. Mesmo após a modernização do capitalismo brasileiro, essa lógica foi preservada. Não é por acaso que os índices de desemprego, subemprego e informalidade são consistentemente mais altos entre a população negra.

A ideologia da democracia racial, construída no século XX, serviu para mascarar essa desigualdade estrutural. Kabengele Munanga afirma que:

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (Munanga, 2004, p. 77).

A mestiçagem foi usada como instrumento ideológico para negar o racismo, e o mito freyreano (1933) da democracia racial serviu para ocultar a violência simbólica e material que a população negra continuaria a sofrer até os dias atuais. Ao invés de combater o racismo, a ideologia da mestiçagem o sofisticou, tornando-o mais difícil de identificar e mais fácil de naturalizar. Essa naturalização do racismo estrutural está presente até mesmo nas instituições públicas. A polícia, o judiciário, o sistema educacional e o mercado operam com uma lógica de

exclusão racializada. O racismo no Brasil opera dentro da legalidade, disfarçado em práticas institucionais que reproduzem desigualdades. É por isso que Silvio Almeida (2018) insiste que o racismo está nas regras do jogo, não apenas em atitudes individuais.

Compreender a escravização como fundamento do Brasil moderno é essencial para desfazer o mito de que vivemos em uma sociedade democrática e igualitária. A violência do passado continua presente nas estruturas que organizam o presente. O desafio, portanto, não é apenas reconhecer essa permanência, mas agir sobre ela. Afinal, entendemos que os privilégios da branquitude foram historicamente construídos às custas da exclusão negra. E é essa estrutura de privilégios que precisa ser desfeita.

2.2. Pós-abolição e o abandono institucional da população negra

A abolição da escravização em 1888, embora comemorada como um gesto de liberdade, não representou uma verdadeira inclusão dos negros na sociedade brasileira. Pelo contrário, o que se observou foi a permanência das estruturas sociais excludentes, agora sem as amarras jurídicas da escravização, mas com novos mecanismos institucionais de marginalização. A população negra foi deixada à própria sorte, sem acesso à terra, educação ou qualquer tipo de compensação por séculos de trabalho forçado.

O Estado brasileiro não adotou nenhuma medida que garantisse aos ex-escravizados meios para sua reintegração. Florestan Fernandes aponta que a abolição ocorreu sem ruptura com a ordem social anterior: “a transição da ordem escravocrata para uma ordem de trabalho livre foi feita sem a democratização da estrutura social” (Fernandes, 2008, p. 52). Na prática, o fim da escravização foi apenas uma mudança de forma, mantendo os privilégios das elites brancas e a exclusão da população negra.

Um exemplo claro desse abandono foi a ausência de políticas de acesso à terra. A Lei de Terras de 1850 já havia estabelecido que apenas quem pudesse pagar teria direito à propriedade, excluindo os negros libertos e garantindo que o acesso à terra continuasse restrito às elites. Após a abolição, essa política se manteve inalterada, forçando os ex-escravizados a viverem nas periferias ou a se submeterem a trabalhos informais e exploratórios.

No campo do trabalho, os negros foram impedidos de ocupar os cargos mais bem remunerados e formais. Em vez disso, políticas imigratórias favoreceram a vinda de

trabalhadores europeus para ocupar essas vagas. Como afirmam Fernandes (2008), Bastide; Fernandes (2008) e Schwarcz (1993) o negro foi excluído do projeto de nação e substituído pelo imigrante europeu como modelo de trabalhador e cidadão. Essa escolha revela o racismo institucionalizado que estruturou o Brasil no pós-abolição.

Além disso, a marginalização se estendeu à criminalização das práticas culturais e religiosas de matriz africana. Candomblé, capoeira e outras manifestações culturais foram reprimidas por meio de códigos penais que associavam tais práticas à vadiagem e à criminalidade. Como afirma Nathalia Fernandes “a partir da República, o Estado brasileiro cria mecanismos reguladores do combate aos “feiticeiros”, introduzindo as práticas das religiões afro-brasileiras no Código Penal de 1890 em três artigos: 156, 157, 158, que versam sobre a prática ilegal da medicina, prática de magia e proibição ao curandeirismo” (Fernandes, 2017, p. 127). A República criminalizou o corpo negro e sua cultura, associando-o à desordem social. Essa repressão teve efeitos duradouros na forma como a sociedade brasileira passou a enxergar as expressões negras.

A omissão do Estado em oferecer educação à população negra também foi determinante para sua exclusão. As escolas públicas eram escassas, concentradas em áreas urbanas e voltadas para os brancos, contribuiu para consolidar o ciclo de exclusão que se estende até hoje. Assim, o analfabetismo foi um dos muitos legados diretos da negligência institucional no pós-abolição.

Essa negligência não foi acidental, mas parte de um projeto político. Silvio Almeida afirma que “o racismo não é uma distorção do sistema; ele é o próprio sistema funcionando conforme planejado” (Almeida, 2019, p. 58). Ao não criar políticas de reparação ou inclusão, o Estado brasileiro institucionalizou uma nova forma de dominação racial, agora sob a aparência de uma sociedade moderna e democrática.

Como destacam Roger Bastide e Florestan Fernandes, o projeto republicano foi excludente por definição. Em uma de suas análises mais contundentes, eles afirmam:

Mas esta ideologia não serviria ao branco senão para se justificaraos seus próprios olhos se, por uma técnica sutil, não passasse ao negro e não se tornasse uma ideologia deste último. Aí começa a sua função de controle social. A escola vai iniciar o processo.[...] Apresentam sempre o negro numa situação inferior de doméstico, como se quisessem dar ao branco a impressão da sua superioridade e justificar a sua dominação econômica. (Bastide; Fernandes, 2008, p. 202).

A Abolição libertou o negro como indivíduo e o excluiu como cidadão. O negro ficou como uma “sobra”, um resíduo incômodo da ordem escravocrata, sem lugar definido na nova

sociedade de classes. A omissão do Estado em criá-lo como cidadão revelou-se como uma das mais brutais formas de violência social.

A somatória dessas exclusões – falta de acesso à terra, ao trabalho digno, à educação e ao reconhecimento cultural – deu origem ao que Almeida (2018) chama de “racismo institucional”, uma forma sutil, porém eficaz, de perpetuar as desigualdades raciais. O abandono institucional da população negra após a abolição não foi um erro de percurso, mas uma escolha deliberada das elites e do Estado brasileiro. Um passado não resolvido que ainda reverbera nas desigualdades do presente.

2.3. O pensamento social brasileiro e as políticas de embranquecimento

A construção do pensamento social brasileiro no final do século XIX e início do século XX foi profundamente marcada pelos interesses das elites em consolidar um projeto de nação moderna e civilizada. Nesse contexto, as teorias raciais europeias, sobretudo o evolucionismo e o determinismo biológico, foram incorporadas ao imaginário intelectual brasileiro, legitimando práticas e políticas que tinham como horizonte o embranquecimento da população. A ideologia do embranquecimento não era apenas uma hipótese acadêmica, mas uma diretriz de Estado.

Esse pensamento, como demonstrado anteriormente, serviu para justificar o abandono da população negra no pós-abolição, ao mesmo tempo em que oferecia uma suposta “solução” para a chamada “questão racial”: o apagamento da negritude por meio da mestiçagem. Munanga (2008) mostra que, ao longo do século XX, a ciência se articulou com o poder político para promover a ideia de que o Brasil deveria ser uma nação branca. Como afirma o autor, o ideal de branqueamento não era apenas uma política estética, mas sim uma política de Estado que visava apagar a presença negra.

Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência européia ocidental, tida como desenvolvida, para poder não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu País, mas também, e sobretudo, propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial (Munanga, 2008, p. 47).

Intelectuais como Oliveira Vianna e Raimundo Nina Rodrigues representaram esse pensamento excludente. Eles afirmavam que a população negra era biologicamente inferior e incapaz de se adaptar à vida republicana. Ainda segundo Munanga (2008) esses autores deram

sustentação científica ao mito da inferioridade do negro e da mestiçagem como redenção. Assim, criou-se uma narrativa onde a modernização do Brasil passaria necessariamente pela exclusão da cultura negra e valorização da cultura branca.

Esse raciocínio foi central para a consolidação de políticas públicas que ignoraram completamente as especificidades da população negra. A ausência de políticas de inclusão no campo da educação, da saúde, da moradia e do trabalho não se deu por acaso, mas foi consequência direta dessa visão de mundo. Como apontam Bastide; Fernandes (2008), a não inserção da população negra nos projetos de nação revela que ela não era considerada parte legítima do corpo político-social.

A ideologia do embranquecimento também estava presente na política migratória do período. A vinda de imigrantes europeus foi incentivada não só para suprir a demanda por mão de obra, mas também como instrumento de engenharia social. Como observa Munanga (2008) não se tratava apenas de repor a força de trabalho, mas de promover o branqueamento da sociedade, apagando os vestígios da escravização. Essa escolha refletia o desejo das elites de moldar a identidade nacional à imagem da Europa.

O pensamento social excludente também encontrou expressão no mito da democracia racial, um dos dispositivos ideológicos mais eficazes no silenciamento das denúncias de racismo. O mito sustentava a ideia de que, por sermos uma sociedade miscigenada, não haveria conflitos raciais no Brasil. Almeida (2019) desmonta esse discurso ao afirmar que a ideia de democracia racial opera como uma armadilha, pois ao negar o racismo, impede sua denúncia e sua superação. O mito, portanto, não apenas mascarava a desigualdade, mas também a reproduzia.

Essas construções teóricas e ideológicas foram tão eficazes que passaram a fazer parte do senso comum, influenciando gerações e políticas públicas. A exclusão da população negra dos currículos escolares, dos registros históricos oficiais e das posições de poder evidencia o sucesso dessa narrativa, assim a produção de invisibilidade é uma estratégia de dominação que se expressa em políticas e práticas institucionais.

Em meio a esse cenário, os saberes e culturas negras foram tratados como obstáculos ao progresso. Práticas religiosas, formas de organização comunitária e modos de vida herdados da ancestralidade africana foram marginalizados ou folclorizados. Munanga (2008) destaca que a mestiçagem foi utilizada como mecanismo de dominação simbólica, pois ela permite que o negro

seja aceito, desde que perca a sua negritude. Isso revela uma lógica de assimilação forçada, e não de valorização da diversidade.

O pensamento social dominante também moldou o próprio campo das ciências sociais, que durante décadas ignorou as questões raciais. Florestan Fernandes foi uma das exceções, ao denunciar a exclusão da população negra como elemento constitutivo da formação social brasileira. Ele escreve que a sociedade de classes brasileira se estruturou com base na exclusão do negro, não como efeito colateral, mas como condição de funcionamento. Essa afirmação revela o quanto o racismo é parte constitutiva da ordem social brasileira.

Esse processo histórico de exclusão se articula diretamente com o presente. As desigualdades raciais que persistem no Brasil contemporâneo são reflexo direto das ideias forjadas no pensamento social excludente. A marginalização da população negra em indicadores sociais como educação, renda, acesso à saúde e representação política mostra que não estamos diante de uma herança superada, mas de uma estrutura ativa. O passado está, ainda, muito presente.

Dessa forma, a análise do pensamento social brasileiro entre os séculos XIX e XX é fundamental para compreendermos a lógica do racismo estrutural. As ideias que negaram o lugar da população negra na construção do Brasil moderno continuam operando nas instituições e na cultura. Ao desvendar essa história, abre-se espaço para enfrentar as raízes do problema e construir, efetivamente, uma sociedade plural, justa e democrática.

2.4. Exclusão como projeto: marginalização e apagamento da cultura negra

A exclusão da população negra no Brasil não se restringiu aos campos econômico e político. Ela também operou de forma simbólica e cultural, atingindo diretamente os modos de vida, saberes, crenças e expressões identitárias das comunidades negras. A marginalização da cultura afro-brasileira foi, desde o período colonial, um projeto sistemático que visava não apenas excluir o negro das estruturas de poder, mas também deslegitimar seus conhecimentos, valores e formas de existência.

A violência simbólica que permeou essa lógica de exclusão se manifestou, sobretudo, nas instituições de socialização, como a escola e os meios de comunicação. Como argumenta Françoise Vergès (2023), a cultura negra foi frequentemente representada como atraso, barbárie

ou superstição, sendo sistematicamente inferiorizada diante dos padrões eurocêntricos de civilização. Desse modo, a construção de uma identidade nacional branca e europeia operou-se pela negação do pertencimento do negro à história, à memória e à cultura brasileiras.

Essa exclusão cultural não ocorreu de maneira acidental ou espontânea. Ela foi planejada e articulada como parte da ideologia do embranquecimento, discutida anteriormente. A mestiçagem, ao mesmo tempo em que celebrava a suposta harmonia racial, ocultava um projeto de apagamento da diferença. Munanga (2008) aponta que a mestiçagem, no contexto brasileiro, sempre foi mais ideológica do que real, uma forma de diluir a negritude e reafirmar a supremacia branca.

As religiões de matriz africana, em especial, foram duramente perseguidas. Seus símbolos, liturgias e espaços sagrados foram demonizados e criminalizados por meio de legislações e ações policiais (Velho, 2006; Fontes, 2021; Rodrigues e Muniz, 2022). A marginalização do candomblé, da umbanda e do xangô não se limitou à esfera religiosa: ela representava um ataque direto à resistência simbólica e à ancestralidade da população negra. O combate às religiões afro-brasileiras era parte de um projeto maior de construção de uma identidade nacional homogênea, branca e cristã. Os terreiros eram vistos como focos de desordem e superstição, e sua destruição era legitimada como ato de higienização moral e cultural.

[...] demonstram a associação clara dos cultos africanos ao mal, da figura da religião negra ao menos evoluído, ao engano e ao charlatanismo. Também se pode observar o aspecto moral e discriminatório na criminalização das práticas religiosas negras, tanto no início do século XIX como no século XX, onde há diferença na comparação entre o tratamento e condenação dos ritos africanos e do espiritismo “branco” (Fernandes, 2017, p. 128).

Essa lógica também se expressava nos discursos científicos e educacionais. As escolas, por décadas, ignoraram ou deformaram o legado africano no Brasil. A ausência de referências negras nos livros didáticos e a estigmatização de traços culturais afro-brasileiros geraram um processo contínuo de negação do pertencimento. Almeida (2018) observa que o racismo estrutura as formas de produção do saber e legitima a exclusão do negro do universo simbólico da nação.

A repressão à cultura negra também se deu no campo artístico e linguístico, como destaca Peter Fry (1982). As expressões culturais populares de origem africana foram apropriadas de maneira seletiva, transformadas em entretenimento para consumo, ao mesmo tempo em que seus agentes originários eram marginalizados. A capoeira, por exemplo, foi por

muito tempo criminalizada, antes de ser incorporada como patrimônio. O mesmo ocorreu com diversos ritmos musicais, como o samba, e expressões linguísticas oriundas das periferias negras.

Um dos episódios mais emblemáticos dessa violência cultural é a Quebra de Xangô, ocorrida em Alagoas em 1912. Este evento, que será aprofundado no capítulo seguinte, ilustra de forma concreta como o apagamento da cultura negra era promovido por diversos setores da sociedade. Liderada por forças policiais com apoio da elite local e setores da mídia, a Quebra de Xangô destruiu casas de culto, aprisionou líderes religiosos e espalhou terror entre praticantes do xangô alagoano.

A intolerância à cultura negra é uma das formas mais profundas de exclusão, pois ela nega ao negro a possibilidade de construir uma identidade autônoma e de se ver representado nos símbolos da coletividade nacional. Essa negação torna o racismo ainda mais perverso, pois atinge o imaginário, a autoestima e o sentido de pertencimento da população negra.

A repressão às práticas culturais afro-brasileiras não operou apenas no plano institucional, mas foi também reforçada por uma cultura cotidiana de preconceito e estigmatização. A linguagem, os provérbios populares, os insultos raciais e a piada cotidiana funcionam como dispositivos que reafirmam a inferioridade da cultura negra e desautorizam sua expressão nos espaços públicos. Como afirma Almeida (2018) o racismo estrutural está nas leis e instituições, e se cristaliza nos gestos, nos símbolos e nas falas do dia a dia.

A violência contra a cultura negra foi tantas vezes silenciada que sua memória passou a depender dos próprios agentes sociais que resistiram ao apagamento. Em Alagoas, mesmo após a Quebra de Xangô, mães e pais de santo continuaram suas práticas de forma clandestina, protegendo objetos sagrados, transmitindo oralmente os ensinamentos e criando novas formas de resistência. A memória do Xangô sobreviveu apesar da violência, o que reforça seu papel como patrimônio de resistência.

A resistência cultural negra não é apenas uma forma de manter tradições, mas uma luta política por existência e reconhecimento. Em contextos de apagamento sistemático, afirmar a identidade negra é um ato de rebeldia contra a ordem excludente.

Assim, ao compreendermos a exclusão como projeto — que operou nos campos econômico, político e simbólico —, conseguimos dimensionar a gravidade da marginalização cultural da população negra no Brasil. O apagamento não foi apenas consequência da escravização, mas da continuidade de sua lógica. A destruição das casas de culto durante a

Quebra de Xangô não foi um caso isolado, mas parte de uma estratégia ampla de controle e silenciamento aplicada em todo território nacional (Marcante, 2023).

Esse entendimento é essencial para que, no capítulo seguinte, possamos analisar com profundidade o caso da Quebra de Xangô como expressão máxima da exclusão simbólica e da intolerância religiosa institucionalizada. A violência cultural, ao negar à população negra o direito à memória, ao sagrado e à expressão, reafirma a urgência de políticas de reparação e reconhecimento — como se verá, por exemplo, no processo de tombamento da Coleção Perseverança.

3 - FORMAÇÃO SOCIAL ALAGOANA, RACISMO E VIOLÊNCIA FÍSICA E SIMBÓLICA DA QUEBRA DE XANGÔ

A transição do Império para a República, ocorrida em 1889, deu início a um período no Brasil repleto de mudanças institucionais profundas, embora muitas das estruturas sociais do regime escravocrata tenham permanecido. A chamada República Velha (1889-1930) foi marcada pela ascensão do poder das oligarquias regionais, pela exclusão política da maior parte da população e por uma visão de modernidade que era tanto autoritária quanto excludente. Em Alagoas, esse cenário ganhou características próprias, influenciando diretamente eventos como a Quebra de Xangô de 1912, um episódio que evidenciou a repressão às religiões de matriz africana e refletiu a dinâmica racial, social e política do estado naquela época.

Durante a Primeira República, Alagoas viveu uma intensa disputa entre grupos políticos locais, especialmente entre o Partido Republicano Conservador, sob a liderança de Euclides Malta, e o Partido Republicano Democrata, liderado por Fernandes Lima. Euclides Malta governou Alagoas de 1900 a 1903 e novamente de 1906 a 1912, consolidando uma oligarquia que controlava os mecanismos do Estado através do voto de cabresto e do coronelismo. Por outro lado, Fernandes Lima se destacou por sua oposição à oligarquia dominante, intensificando suas ações ao se tornar, em junho de 1911, o diretor do jornal oposicionista, que era o órgão oficial do Partido Democrata de Alagoas. Nesse mesmo ano, ele foi lançado como candidato a vice-governador na chapa do partido, liderada pelo coronel Clodoaldo da Fonseca, primo do presidente Hermes da Fonseca. Segundo Marcante (2023), esse era o cenário da atuação da imprensa na disputa política em Alagoas em 1912:

No período das eleições de 1912, o Jornal de Alagoas vinculava-se à chapa de oposição do Partido Democrata encabeçada por Clodoaldo da Fonseca e Fernandes Lima. Seu proprietário e diretor, Luiz Magalhães da Silveira, foi candidato a deputado federal naquele pleito de 1912 pelo mesmo partido. Ou seja, não se constituía em um mero veículo de imprensa com posições e opiniões alinhadas ideologicamente com o Partido Democrata, mas antes de um verdadeiro instrumento de propaganda do grupo opositor a Euclides Malta que explicitamente justificou, fomentou e celebrou os ataques aos terreiros de Alagoas (Marcante, 2023, p 50).

Em dezembro de 1911, Fernandes Lima e Clodoaldo da Fonseca se juntaram à Liga dos Republicanos Combatentes, que tinha sua sede na casa do militar Manuel Luiz da Paz, localizada na Rua dos Sopapos, n.º 311, na Levada, em Maceió. A Liga era formada por políticos, membros da elite econômica, líderes civis conservadores e alguns soldados que haviam desertado do

Batalhão de Polícia do Estado. Como destacam Marcante (2023), Rodrigues e Muniz (2022), essa organização paramilitar foi criada para dar apoio físico à campanha de oposição contra o governador Euclides Malta, promovendo ações ilegais como invasões a residências oficiais, tiroteios e intimidações.

Nesse período, Maceió estava passando por um processo de modernização inspirado em modelos europeus, com reformas urbanas, limpeza dos espaços públicos e a tentativa de construir uma imagem civilizada da capital alagoana. Como analisa Valéria Rezende (2009), a modernização urbana e cultural estava ligada à repressão de práticas populares que eram vistas como “atrasadas” ou “bárbaras”, destacando-se as religiões afro-brasileiras, como o Xangô — nome dado em Alagoas às práticas que misturam elementos do candomblé e da umbanda.

É nesse cenário que acontece a Quebra de Xangô, na noite de 1º para 2 de fevereiro de 1912. Essa ação foi motivada por uma campanha difamatória que começou meses antes na imprensa conservadora, especialmente no Jornal de Alagoas, e contou com a participação de populares instigados por um discurso moralista e racista, apoiados pelo silêncio (ou apoio tácito) das autoridades policiais, como descreve Marcante (2023):

Pois bem, um aspecto aparentemente mais sutil da campanha perpetrada pelo Jornal de Alagoas contra os terreiros revela-se central na caracterização da narrativa forjada por opositores sobre religiosos/as. Trata-se da utilização do jargão higienista, principalmente pela coluna Prato do Dia, caracterizando os ataques como uma “limpa” e um “bello movimento de afastar para longe esses ‘noitibós’ agoureiros, perturbadores do sossego publico! Vão-se ‘restos’ do Euclides e sua ‘raça’ diabólica!” (Marcante, 2023, p. 51).

Os terreiros de Xangô em Maceió sofreram invasões, destruições e seus objetos sagrados — como assentamentos, instrumentos musicais e imagens — foram saqueados e ridicularizados nas páginas dos jornais. A repressão não se limitou apenas à destruição física; também houve violência simbólica e perseguições a pais e mães de santo, com relatos de prisões arbitrárias e intimidações.

A Quebra de Xangô, portanto, não foi um evento isolado, mas sim uma manifestação de uma estrutura racista e de um projeto de exclusão sociocultural que estava profundamente enraizado no pensamento da República Velha. Como Edvaldo Ramos (2006) explica, esse episódio deve ser visto como parte de uma “estratégia de eliminação simbólica” das expressões culturais afrodescendentes, em nome de uma modernidade que buscava embranquecer costumes, a cidade e a cultura. O discurso médico-jurídico da época também ajudou a criminalizar essas práticas, ligando o Xangô à feitiçaria, à loucura e à delinquência, alimentando a ideia de que

essas manifestações eram uma ameaça à ordem pública. A continuidade de uma lógica excludente e racista, mesmo após a abolição da escravidão, revela o que Florestan Fernandes (2008) chamou de “liberalismo autoritário”, onde o Estado garante liberdades formais, mas mantém práticas de exclusão sistemática da população negra.

Em Alagoas, a República foi construída sem romper com os fundamentos do escravismo, e a população afrodescendente continuou a ser alvo de estigmatização e violência — não só material, mas também simbólica. A tentativa de apagar o Xangô, portanto, representa um projeto de destruição da memória coletiva, que, no entanto, encontrou resistência ativa por parte dos praticantes e das comunidades de terreiro.

Em Alagoas, a República foi erguida sem ruptura com os pilares do escravismo, e a população afrodescendente continuou sendo alvo de estigmatização e violência — não apenas material, mas simbólica.

Para compreender com exatidão os limites do projeto republicano em Alagoas em suas primeiras décadas, a Quebra de Xangô é o evento mais propício para análise. A promessa de cidadania plena foi negada à população negra, que continuou sendo tratada como inferior, marginal e perigosa. A política local, dominada por elites oligárquicas, utilizou o Estado para reprimir expressões culturais dissidentes, e a modernidade urbana que se instaurava em Maceió se fez às custas da tentativa de destruição das referências africanas que estruturavam a vida de milhares de pessoas.

Relembrar esse episódio é essencial não apenas para a preservação da memória social e histórica, mas também para compreender as raízes do racismo estrutural que ainda marcam a nossa sociedade. Como enfatizado por Silvio Almeida (2019), o racismo no Brasil não é apenas ideológico ou individual, mas uma estrutura social que molda instituições, políticas e práticas cotidianas. Nesse sentido, o estudo antropológico da Quebra de Xangô, enquanto acontecimento social e histórico, é também uma ferramenta de enfrentamento ao racismo e um chamado à valorização das tradições afro-brasileiras que resistiram, apesar de toda violência.

Diante disso, este capítulo lança um olhar para o estado de Alagoas no período subsequente à abolição da escravidão, buscando compreender as particularidades de sua formação social e as manifestações do racismo estrutural em seu território. Em especial, será analisado o trágico episódio conhecido como Quebra de Xangô, ocorrido em Maceió no ano de 1912. Este evento, marcado pela violência e intolerância religiosa contra os terreiros de matriz

africana, não apenas revela as tensões raciais e políticas da época, mas também serve como um doloroso episódio da repressão à cultura e à identidade negra em Alagoas. Através da análise de fontes históricas e da produção socioantropológica sobre o tema, este capítulo investigará como o racismo se entrelaçou com as disputas de poder local, resultando em um ato de silenciamento cultural cujas reverberações se fazem sentir até os dias atuais. A Quebra de Xangô será, portanto, nosso referencial para discutir a exclusão da população negra alagoana e as formas de resistência que emergiram nesse contexto adverso.

3.1 Contexto socioeconômico e político de Alagoas na primeira república e a situação da população negra

No início do século XX, Alagoas passava por um forte período de transformações sociais, políticas e econômicas. Mesmo assim, as estruturas oligárquicas permaneceram, e a economia girava em torno da cana-de-açúcar. A abolição escravocrata, ocorrida há pouco mais de três décadas, não promoveu ruptura com as profundas estruturas raciais da sociedade brasileira. Os negros, mesmo legalmente livres, enfrentavam muitas dificuldades sociais e econômicas: ocupavam trabalho subalterno e viviam em condições de pobreza e marginalidade social. A obra “A Presença Negra em Alagoas” (2014), organizada por Douglas Apratto Tenório, entre outros, oferece um panorama importante sobre a trajetória e as contribuições da população negra para a formação social e cultural do estado, evidenciando tanto a riqueza de suas manifestações quanto às adversidades enfrentadas. Segundo os autores, “a herança da escravidão impôs aos negros e negras alagoanos um longo caminho de lutas por reconhecimento e cidadania, marcado por contínuas barreiras impostas pelo preconceito racial” (Tenório et al., 2014, p. 45).

Alagoas, assim, vivia nesse momento um conturbado cenário socioeconômico e político, enraizado nas estruturas deixadas pelo período escravocrata, além da lógica do recém-implantado governo republicano. A economia alagoana girava em torno da cultura canavieira, seguindo os moldes do escravismo, com extensos latifúndios e uma elite agrária detentora do poderio financeiro. Contudo, essa lógica sofreu pouco impacto com a implementação do trabalho livre, e a população negra, majoritariamente ex-escravizada, sofria com a exclusão e a pobreza absoluta.

3.1.1. A elite agrária, oligarquias e a manutenção do poder na república velha

Na Primeira República, a política alagoana foi marcada pelo predomínio de oligarquias locais, em geral associadas aos senhores de engenho e grandes proprietários de terras. De acordo com Pacheco (2015, p.84), “o liberalismo propiciou certo federalismo, impondo autonomia aos estados, com as elites agrárias estaduais no centro do controle governamental nos estados do Brasil”: em Alagoas, formou-se a “oligarquia Maltina” liderada por Euclides Malta, “marcada pelo controle partidário e dos órgãos municipais pela prática clientelista, pelo nepotismo e patrimonialismo” (Pacheco, 2015, p. 84). Essa concentração de poder nas mãos de poucas famílias dificultava a participação popular e a emergência de novas lideranças, especialmente entre a população negra e pobre. As disputas políticas eram acirradas e, não raro, envolviam o uso da força e a manipulação de informações.

O federalismo adotado pela Constituição de 1891, embora idealizado para conceder autonomia aos estados, na prática fortaleceu as oligarquias regionais. Como aponta Pimentel (2022, p. 36):

as questões que antes eram debatidas (e, muitas vezes, resolvidas) no âmbito do Parlamento nacional, passaram a ter como fórum principal o nível estadual, onde as oligarquias (libertadas do controle imposto pela monarquia) puderam exercer o poder sem nenhum constrangimento (subentenda-se, uso indiscriminado da violência física).

Em Alagoas, essa dinâmica não foi diferente. A política local era caracterizada por disputas acirradas entre facções oligárquicas que buscavam controlar a máquina estatal e seus recursos. A ascensão de figuras como Euclides Malta ao governo do estado, onde permaneceu por mais de uma década, é emblemática desse período de consolidação de poder oligárquico, que culminaria no fatídico Quebra dos Terreiros de 1912 (Pimentel, 2022, p. 27).

A instabilidade política nacional, com “grandes convulsões militares de cunho regional” (Pimentel, 2022, p. 34), e a exacerbação dos ânimos entre diferentes correntes políticas, como republicanos descentralizadores e militares positivistas centralizadores, criaram um ambiente propício para a violência e a perseguição. Práticas como “os empastelamentos de jornais [...] tornaram-se uma prática comum para silenciar o grupo adversário” (Pimentel, 2022, p. 34). Nesse contexto, a questão religiosa também se tornou um campo de disputa. A influência do positivismo, que via as religiões, especialmente as de matriz africana, como “manifestações de baixa cultura e bruxaria” (Pimentel, 2022, p. 36), contribuiu para a marginalização e

criminalização dessas práticas. A nova legislação republicana, embora instituindo um Estado laico, “não reconheceu os cultos de origem africana como uma religião” (Pimentel, 2022, p. 36), deixando-os vulneráveis à repressão.

A imprensa local, quase sempre comprometida com determinados grupos políticos, desempenhava um papel central na formação da opinião pública e no processo de legitimação ou deslegitimação dos governantes. De toda forma, é nesse cenário de tensões políticas e de uma sociedade hierarquizada que se deve situar os eventos que culminaram com a Quebra de Xangô. As práticas culturais e religiosas de matriz africana, como o Xangô – denominação local do Candomblé –, eram alvo de desconfiança e hostilidade de determinados setores da elite branca e da Igreja Católica, que detinham considerável influência política e social.

Essas manifestações religiosas eram frequentemente associadas à “barbárie”, ao “atraso” e à “desordem”, em contraposição aos ideais de “civilização” e “progresso” que se buscava implantar. A perseguição aos terreiros e aos seus adeptos não era incomum, refletindo uma política de repressão cultural e religiosa que visava impor um padrão eurocêntrico e cristão à sociedade alagoana.

O trabalho de Diogo Fabiano Barbosa Pimentel, “O quebra de Xangô de 1912: uma reflexão histórica” (2022), aprofunda a análise desse contexto, ressaltando como as tensões políticas locais se entrelaçavam com o preconceito racial e religioso, ele argumenta que:

Mediante esse clima de desordem social e caos, onde grande parte dessas situações os governos estaduais e também o federal tratavam essa “desordem” como casos de polícia sem que isso passasse antes por um diálogo anterior entre as partes, onde, geralmente, se apelava para a violência policial para resolver esses impasses e no caso específico das Alagoas, em que a violência era toda ela voltada contra os terreiros de Candomblé (Pimentel, 2022, p. 58).

Para a população negra alagoana, assim como no resto do país, a abolição da escravidão não representou uma mudança radical em suas condições de vida. Sem acesso à terra, à educação ou a oportunidades de emprego formal, muitos ex-escravizados e seus descendentes permaneceram em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade. Aponta-se que a população negra e mestiça, “desprezada pelo trabalho formal, se estabeleceu nos bairros periféricos da capital alagoana – Maceió, sobrevivendo de trabalhos informais na sua maioria” (Pacheco, 2015, p. 81). Essa “informalidade”, contudo, não significava invisibilidade, mas sim uma “ameaça constante, visto que a população negra, excluída das instituições sociais dominantes, detinha certo grau de autonomia que escaparia à coibição das leis repressivas” (Pacheco, 2015, p. 81-82).

As manifestações culturais e religiosas de matriz africana, como o Xangô, eram espaços importantes de sociabilidade, resistência e afirmação identitária para a população negra. No entanto, essas práticas eram vistas com desconfiança e preconceito pela elite branca e pelas autoridades, que as associavam à “feitiçaria”, ao “atraso” e à desordem. O Código Penal de 1890, por exemplo, criminalizava o “baixo espiritismo, magia e curandeirismo”, o que abria margem para a repressão às religiões afro-brasileiras. Apesar de uma aparente “pseudotolerância” em alguns momentos, como sugere Pacheco (2015), sustentada talvez pelo medo que as elites ainda guardavam da resistência negra herdada do período escravista - a “quilombagem” (Moura, 2001, apud Pacheco, 2015, p. 83), a tensão racial era uma constante. Essa tensão explodiria de forma violenta no episódio da Quebra de Xangô.

A Quebra de Xangô em 1912 não pode ser compreendida apenas como um ato isolado de intolerância religiosa, mas também como um reflexo das profundas tensões políticas que marcavam Alagoas e o Brasil no início da República Velha. A Proclamação da República em 1889, descrita por Pimentel como um evento que alterou “abruptamente esta hipócrita situação de equilíbrio político-partidário patrocinado pela monarquia centralizadora” (Pimentel, 2022, p. 33), inaugurou um período de instabilidade e reconfiguração de poder.

Nesse novo cenário, “os republicanos de raiz procuravam consolidar o seu poder fundamentado no federalismo extremado que garantiria liberdade de ação aos mandatários locais”, enquanto “os militares envolvidos no golpe viam no novo governo a possibilidade de assegurar as vantagens pecuniárias que acreditavam estarem sendo negadas pelos ‘casacas’” (Pimentel, 2022, p. 33). Essa disputa abriu espaço para um ambiente político volátil, que Pimentel (2022, p. 34) ironiza como a abertura da “‘Casa da Mãe Joana’ nas terras de Pindorama!”.

3.2 A Quebra De Xangô (1912): crônica de uma violência anunciada, intolerância religiosa e racismo institucionalizado em Alagoas

O episódio conhecido como “Quebra de Xangô” ou “Quebra-Quebra dos Xangôs”, ocorrido em Maceió na noite de 1º para 2 de fevereiro de 1912, representa um dos momentos mais brutais de intolerância religiosa e racismo institucionalizado na história de Alagoas e do Brasil, como mencionado no parecer técnico do IPHAN (2024) referente ao tombamento da Coleção Perseverança. Este evento não foi um ato isolado de vandalismo, mas o clímax de uma

campanha de perseguição orquestrada, alimentada por disputas políticas, preconceito racial e o desejo de silenciar as manifestações culturais e religiosas da população negra. O Parecer do IPHAN (2024) sobre o tombamento da Coleção Perseverança descreve o Quebra de Xangô como um dos mais violentos episódios “de repressão às religiões de matriz afro-brasileira no país.” (IPHAN, 2024, p.1).

As motivações por trás dessa explosão de violência são complexas e multifacetadas. A motivação explícita para a “Operação Xangô”, como também foi chamada, tem sua gênese nas prolongadas disputas pela dominação dos dispositivos e mecanismos do poder, mais especificamente, pelo posto ocupado pelo grupo oligárquico dominado por Euclides Malta, cujas manobras políticas concorreram para mantê-lo no poder por quase doze anos, considerando aí o mandato intermediário exercido por seu irmão, Joaquim Vieira Malta (1903/1906), período que se convencionou chamar de “Era dos Maltas”.

O longo período em que Euclides Malta esteve à frente do governo alagoano, o qual ficou conhecido como “Era dos Maltas”, representa uma ruptura na estrutura administrativa do estado e reflete o quadro da política nacional, marcado pelas grandes turbulências típicas do início da República, um regime ainda em vias de consolidação. (Rafael, 2010, parágrafo 6).

Os terreiros eram acusados de prestar proteção e poder a Euclides Malta através de “bruxaria”, em troca de um tratamento supostamente complacente por parte das autoridades. O governo de Euclides Malta, conhecido como a “Era dos Maltas”, enfrentava forte oposição em 1911-1912. Um dos principais grupos opositores era a “Liga dos Republicanos Combatentes em Homenagem a Miguel Omena”, fundada em dezembro de 1911. Esta liga, como aponta Santos (2020), tinha o apoio de Fernandes Lima, um político de oposição que, apesar de sua participação nos ataques, não foi condenado e, posteriormente, tornou-se vice-governador, deputado federal e senador, tendo hoje seu nome em uma das principais avenidas de Maceió. O evento foi “forjado ou ‘justificado’ na consciência das elites graças a uma linguagem racista [...] encabeçado por um grupo político de oposição ao governador vigente”, com o intuito de “fomentar uma higienização racial” (Pacheco, 2015, p. 82).

Historiadores alagoanos apontam que o evento esteve diretamente ligado à queda da oligarquia Malta e à ascensão de um novo grupo político. Os terreiros de Xangô, em alguns casos, eram associados a figuras políticas do grupo deposto, tornando-se alvos fáceis em um contexto de acirramento político e busca por “bodes expiatórios”. Abelardo Duarte, em “Folclore

Negro das Alagoas” (1974), um dos primeiros pesquisadores a se debruçar sobre o tema, embora com uma perspectiva que hoje pode ser revista criticamente em alguns aspectos, já registrava a brutalidade do evento e suas ligações com as querelas políticas da época. Ele descreve como “turbas enfurecidas, sob o pretexto de moralidade e ordem, invadiram os xangôs, quebrando tudo o que encontravam pela frente” (Duarte, 1974, p. 112).

Na noite fatídica, uma turba estimada em cerca de 500 pessoas, incluindo membros da Liga dos Republicanos Combatentes, desertores da polícia e populares, desfilou pelas ruas de Maceió, invadindo e destruindo dezenas de terreiros (Rafael, 2010; Santos, 2020). Objetos sagrados foram saqueados, muitos queimados em via pública, e líderes religiosos foram espancados e perseguidos. Santos (2020) relata que diversos pais de santos e líderes religiosos foram espancados, outros fugiram para os estados vizinhos como Bahia e Pernambuco com medo da morte. Rafael (2010) lista diversos terreiros atacados na capital e em localidades vizinhas, como os de Tia Marcelina, Chico Foguinho, João Funfun, Pai Aurélio, entre outros. A violência não se restringiu à destruição material; ela visava a aniquilação simbólica de uma cultura e de uma fé. A exposição dos objetos saqueados na sede da Liga e na redação do Jornal de Alagoas demonstra o escárnio e a tentativa de humilhação pública dos adeptos do Xangô (Rafael, 2010). Muitos desses objetos viriam a compor, posteriormente, o núcleo inicial do que hoje conhecemos como Coleção Perseverança, testemunho material dessa violência, mas também da resiliência da cultura afro-alagoana.

A imprensa alagoana da época desempenhou um papel decisivo, e por vezes incitador, na construção do clima que levou à Quebra de Xangô. Pacheco (2015) dedica seu estudo a analisar como o Xangô foi representado nos jornais de grande circulação em Maceió, destacando o “discurso racista com que se referiam às religiões de matriz africana” e como esse discurso “se expressava em práticas racistas que incitaram a violência ocorrida no ano de 1912” (Pacheco, 2015, p. 80). A autora argumenta que a linguagem da mídia da época contribuiu para a formação de “concepções enraizadamente racistas e eurocêntricas na população alagoana” (Pacheco, 2015, p. 80). As elites locais, por sua vez, majoritariamente brancas e católicas, viam com desdém e temor as práticas religiosas afro-brasileiras. A associação do governador Euclides Malta ao Xangô foi explorada por seus opositores como uma forma de desmoralizá-lo e de mobilizar o preconceito popular contra ele e contra os terreiros. A “higienização racial” mencionada por Pacheco (2015, p. 82) era um desejo latente em setores da elite que almejavam uma Alagoas

mais “civilizada” e europeizada, livre das influências consideradas “bárbaras” da cultura africana.

Em meio à violência e à perseguição, emergiram figuras de resistência. Tia Marcelina, uma importante mãe de santo da Costa d’África, é frequentemente citada como uma das principais vítimas e, paradoxalmente, como um dos maiores símbolos de resistência da Quebra de Xangô. Segundo Rafael (2010), Tia Marcelina foi agredida com chutes e golpes na cabeça, vindo a falecer poucos dias após os ataques. Santos (2020) também destaca que a mãe de santo Tia Marcelina foi brutalmente agredida e veio a falecer poucos dias após o ataque, e hoje seu nome e sua história são lembrados como símbolos de resistência negra. A memória de Tia Marcelina e de outros líderes religiosos que enfrentaram a violência da Quebra de Xangô é fundamental para compreender a resiliência da cultura afro-alagoana.

A Quebra de Xangô não pode ser compreendida apenas como um ato de vandalismo isolado ou como mero reflexo de disputas políticas de fácil entendimento. Ela se insere em um contexto mais amplo de racismo estrutural, que permeava a sociedade brasileira e, de forma particular, a alagoana. A violência perpetrada contra os terreiros e seus adeptos foi uma manifestação brutal da intolerância religiosa, intrinsecamente ligada ao preconceito racial. As religiões de matriz africana eram vistas como inferiores, primitivas e demonizadas, em contraste com a religião católica, imposta como hegemônica e civilizatória. Essa visão hierarquizante das religiões estava diretamente associada à hierarquização racial, que colocava os negros e sua cultura em uma posição de subalternidade.

Em Alagoas, a Quebra de Xangô materializou essa lógica de forma explícita e violenta. O evento não apenas destruiu espaços físicos, mas também buscou aniquilar simbolicamente a identidade e a espiritualidade da comunidade negra.

A Quebra de Xangô de 1912 não foi apenas um episódio de violência pontual; suas consequências foram profundas e duradouras para a população negra de Alagoas, impactando sua vida religiosa, cultural, social e psicológica. O ataque aos terreiros representou um duro golpe na organização comunitária e na preservação das tradições ancestrais, forçando a adoção de novas estratégias de sobrevivência e resistência.

Uma das consequências mais imediatas e marcantes da Quebra de Xangô foi o silenciamento cultural imposto às comunidades de terreiro. O medo de novas perseguições levou à prática do que ficou conhecido como “Xangô rezado baixo”. Rafael (2010), citando o médico e

folclorista Gonçalves Fernandes (1941), descreve essa nova seita afro-brasileira como cultos realizados sem música, sem danças, sem toadas, sem a presença dos objetos litúrgicos que sempre foram a marca desse tipo de cerimônia, caracterizados por orações sussurradas, acompanhadas de palmas discretas (Rafael, 2010). Santos (2020) também menciona o “Xangô rezado baixo” como uma forma de resistência silenciosa, uma estratégia para manter viva a fé e as tradições, mesmo que de forma velada e com a perda de parte de sua expressividade pública. Esse recolhimento forçado representou uma significativa alteração nas práticas rituais e na transmissão dos saberes, que dependiam em grande medida da oralidade, da música, da dança e da vivência comunitária nos terreiros.

A violência da Quebra de Xangô também provocou a dispersão de muitas lideranças religiosas. Como mencionado por Santos (2020), diversos pais e mães de santo fugiram temendo por suas vidas. Essa diáspora forçada não apenas desarticulou comunidades locais, mas também resultou na perda de um valioso patrimônio imaterial.

A situação da população negra em Alagoas no período pós-abolição, já marcada pela exclusão e pela marginalização, foi agravada por eventos como a Quebra de Xangô. A violência e a repressão cultural intensificaram o sentimento de insegurança e vulnerabilidade, dificultando ainda mais a organização e a afirmação da identidade negra. A ausência de políticas públicas efetivas para a inclusão social, somada à persistência do racismo nas instituições e nas relações sociais, impôs aos negros alagoanos um cotidiano de lutas e desafios. No campo do trabalho, a população negra continuou a ocupar as posições mais precárias e mal remuneradas, enfrentando discriminação no acesso a empregos e na ascensão profissional. Na educação, as oportunidades eram escassas, e o analfabetismo atingia grande parte da população negra, perpetuando um ciclo de exclusão. O acesso à saúde, à moradia e a outros direitos básicos também era limitado, refletindo as profundas desigualdades raciais que caracterizavam a sociedade alagoana.

No entanto, mesmo diante desse cenário adverso, a população negra em Alagoas não se resignou. A resistência continuou a se manifestar de diversas formas, desde a preservação clandestina das práticas culturais e religiosas até a criação de associações e espaços de sociabilidade próprios. A memória da Quebra de Xangô, por muito tempo, foi mantida viva principalmente pela tradição oral dentro das comunidades de terreiro, sendo gradualmente resgatada e trazida à luz por pesquisadores e ativistas a partir da segunda metade do século XX.

A memória da Quebra de Xangô, embora dolorosa, também se tornou um símbolo de resistência e de luta pela liberdade religiosa e pela valorização da cultura afro-alagoana. O Instituto do Negro de Alagoas (INEG/AL), fundado posteriormente, desempenha um papel crucial na atualidade ao pesquisar, documentar e divulgar a história e a cultura negra no estado, incluindo a memória da Quebra e a importância da Coleção Perseverança. Conforme destacado em publicações do próprio INEG/AL, como o artigo “A Coleção Perseverança” (INEG/AL, 2022, online), “a coleção é um testemunho da violência, mas, sobretudo, da capacidade de resistência e preservação cultural do povo negro alagoano”. Os impactos sociais, culturais e identitários da Quebra de Xangô e da contínua exclusão da população negra foram profundos. A negação do direito à livre expressão cultural e religiosa, a estigmatização das tradições afro-brasileiras e a violência física e simbólica deixaram marcas que ainda hoje se fazem sentir. Contudo, é fundamental ressaltar que a história da população negra em Alagoas não é apenas uma história de opressão, mas também de resiliência, criatividade e luta incessante por dignidade e reconhecimento.

4 - O TOMBAMENTO DA COLEÇÃO PERSEVERANÇA: MEMÓRIA E IDENTIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA EM ALAGOAS

Após a análise da formação social brasileira pós-abolição e do violento episódio da Quebra de Xangô em Alagoas, a partir daqui nos debruçaremos sobre um processo contemporâneo de fundamental importância para a reparação histórica e o resgate da identidade negra no estado: o tombamento da Coleção Perseverança. Esta coleção, composta por objetos sagrados pilhados dos terreiros durante a Quebra de 1912, permaneceu por décadas sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), carregando consigo as marcas da intolerância e da violência, como também o testemunho da rica cultura afro-alagoana.

Este capítulo investigará a origem e o significado da coleção, detalhará o complexo processo de seu tombamento em níveis estadual e federal, e analisará como esse reconhecimento patrimonial serve como um instrumento crucial para a valorização da memória, o fortalecimento da identidade e a promoção da diversidade cultural da população negra em Alagoas. Serão exploradas, ainda, as mobilizações da sociedade civil, o papel das lideranças religiosas e os desafios inerentes à preservação e difusão desse legado, compreendendo o tombamento federal realizado pelo IPHAN não como um fim em si mesmo, mas como um passo vital na longa jornada pela justiça e pelo reconhecimento.

4.1. A Coleção Perseverança: origem, composição e significado histórico

A Coleção Perseverança é mais do que uma simples coleção de artefatos antigos; ele é um repositório de memórias, um elo tangível com um passado de dor e resistência, e um símbolo potente da cultura afro-alagoana. Sua história está intrinsecamente ligada ao violento episódio da Quebra de Xangô, e sua preservação, ainda que complexa, representa um esforço contínuo de salvaguarda de um patrimônio fundamental para a identidade negra.

A origem da Coleção Perseverança remonta diretamente à noite de 1º de fevereiro de 1912, quando terreiros de Xangô em Maceió e arredores foram brutalmente atacados e saqueados. O Parecer do IPHAN é claro ao afirmar que a Coleção Perseverança formou-se a partir de um dos episódios mais chocantes de violência contra casas de culto e pessoas adeptas de religiões de matriz africana no Brasil (IPHAN, 2024). Os objetos que compõem a coleção – esculturas, indumentárias, instrumentos musicais, paramentos e outros itens ritualísticos – foram

arrancados de seus contextos sagrados durante essa onda de violência. Conforme detalhado no Parecer, após o saque

[...] a Liga dos Combatentes doou as referidas peças à Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió [...]. A Sociedade mantinha um museu, onde o espólio do Quebra – então referido como Coleção Perseverança e Auxílio – ficou exposto durante 38 anos, em relativo esquecimento (IPHAN, 2024, p. 3).

Essa transferência inicial dos objetos para uma instituição que não tinha relação direta com as comunidades de terreiro já aponta para o processo de desapropriação e ressignificação a que foram submetidos. A coleção é composta por 211 objetos ritualísticos (IPHAN, 2024, p. 1, 11). O Parecer Técnico nº 3 do IPHAN-AL, citado no documento do Conselho Consultivo (IPHAN, 2024, p. 11), arrola esses objetos em 12 conjuntos, incluindo idés/pulseiras, indumentárias, instrumentos musicais, objetos de assentamento de orixás (Xangô, Exu, Oxóssi, Ogum), pertences representativos de orixás (espingardas, ferramentas, xaxarás), ofás, abebês, estatuetas, oxês, muletas e palmatórias. Cada um desses itens possui um valor intrínseco dentro das cosmologias afro-brasileiras, sendo vetores de axé (força vital) e elementos essenciais para a prática religiosa.

Após o período na Sociedade Perseverança, e diante da dissolução desta, os objetos foram transferidos para o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) em 1950. O Parecer relata que, à época da transferência, as peças “encontravam-se atiradas mesmo ao desprezo completo, abandonadas no porão do prédio-sede” (IPHAN, 2024, p. 5) da Sociedade Perseverança.

A iniciativa de figuras como Abelardo Duarte e Théo Brandão, integrantes do IHGAL, foi crucial para que o instituto recebesse a coleção como doação, evitando sua dispersão ou perda definitiva. Desde então, o IHGAL tem sido o guardião da Coleção Perseverança, que tem procurado “preservá-la, pesquisá-la e exhibi-la, com o compromisso de fazê-la acessível ao público em geral” (IPHAN, 2024, p. 5). Diversos pesquisadores se dedicaram ao estudo e catalogação da coleção ao longo das décadas, como Abelardo Duarte, Raul Lody, Fernando Andrade, Larissa Fontes e Anderson Almeida (IPHAN, 2024, p. 5-6), contribuindo para a compreensão de sua importância histórica e etnográfica. No entanto, assim como destacam Rodrigues e Muniz (2022), a permanência do acervo em um museu de caráter histórico e geográfico, e não em um espaço diretamente ligado às comunidades de terreiro, sempre gerou

debates sobre apropriação, representatividade e o direito das comunidades de origem sobre seu patrimônio sagrado.

4.1.1. O valor simbólico e documental da coleção

A Coleção Perseverança transcende seu valor material. Ela é um documento vivo da violência da Quebra de Xangô e, paradoxalmente, um testemunho da riqueza e da resiliência da cultura afro-alagoana. Como afirmado no parecer, “a referida coleção é um testemunho singular da história, da presença e do vasto legado da população afrodescendente no Brasil” (IPHAN (2024, p. 1). Seu valor simbólico é imenso. Para as comunidades de terreiro, os objetos não são meras peças de museu; são elementos sagrados, carregados de ancestralidade e significado espiritual. O tombamento, como se verá adiante, busca reconhecer essa dimensão sagrada e promover uma reaproximação entre a coleção e seus detentores originais de direito e memória. O parecer do IPHAN destaca que

[...] o valor enquanto sacralidade - enquanto mediação sensível da ancestralidade - que se constitui na espinha dorsal de todo o processo de atribuição de valores em suas relevâncias histórica, etnográfica e estética emerge da totalidade dos 211 objetos que compõem a Coleção Perseverança (IPHAN, (2024, p. 12).

Documentalmente, a coleção oferece informações preciosas sobre as práticas religiosas do Xangô alagoano no início do século XX, uma modalidade com características próprias, como apontado por Adinolfi (2012). A análise dos objetos permite compreender aspectos da cosmologia, da ritualística e da estética das nações Nagô e Xambá em Alagoas, um conhecimento que correu o risco de se perder devido à repressão e ao silenciamento impostos pela Quebra de Xangô. Assim, a Coleção Perseverança é um bastião da memória de um tempo de perseguição, assim como da vitalidade de uma cultura que resistiu e continua a se afirmar.

4.2. O processo de tombamento da Coleção Perseverança

O tombamento da Coleção Perseverança não foi um ato administrativo simples ou rápido, mas o resultado de um longo e complexo processo que envolveu a mobilização de diversos atores sociais, incluindo pesquisadores, lideranças religiosas, movimentos sociais e instituições governamentais. Esse percurso reflete a crescente conscientização sobre a importância do patrimônio cultural afro-brasileiro e a necessidade de reparação histórica frente a episódios de violência e silenciamento como a Quebra de Xangô.

A demanda pelo reconhecimento e proteção da Coleção da Perseverança ganhou força ao longo dos anos, impulsionada por pesquisadores que se dedicaram ao estudo da coleção e da Quebra de Xangô, e, crucialmente, pelas próprias comunidades de terreiro e lideranças religiosas de Alagoas. A memória do massacre de 1912 e o significado dos objetos sagrados permaneceram vivos nessas comunidades, que viam na coleção um elo com sua ancestralidade e um testemunho de sua resiliência.

O parecer do IPHAN informa que a solicitação de tombamento ao IPHAN foi formalizada em 2011 pela antropóloga Maria Paula Adinolfi, após discussão e acordo com o então presidente do IHGAL, Jayme Lustosa de Altavilla, e com “diversas lideranças religiosas afro-brasileiras de Maceió, representantes de movimentos sociais negros, membros da academia e personalidades do cenário cultural, social, acadêmico e religioso em Alagoas” (IPHAN, 2024, p. 6). Isso demonstra que a iniciativa já nasceu de um esforço coletivo. A intensificação do pleito em 2012, marcando o centenário da Quebra de Xangô, foi particularmente significativa. Nesse ano, realizou-se em Maceió o evento “Xangô Rezado Alto”, que incluiu um cortejo e um “pedido de perdão oficial” do governador aos povos de terreiro alagoanos (Rafael, 2020, apud IPHAN, 2024, p. 7).

Esse evento simbolizou um marco na luta por reconhecimento e reparação. Um avanço fundamental no processo reconhecimento e salvaguarda da Coleção Perseverança foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT) pelo IPHAN-AL a partir de agosto de 2022, com o objetivo de aplicar uma metodologia colaborativa e, também, “dialogar sobre o propósito de tombamento da Coleção Perseverança” (IPHAN, 2024, p. 8).

Este GT congregou representantes de diversas casas religiosas, universidades, organizações da sociedade civil como o Instituto do Negro de Alagoas (INEG/AL), a Associação das Ekedys de Alagoas e a Comissão Permanente de Promoção da Igualdade Racial da OAB/AL. O Parecer destaca a contribuição de importantes lideranças como Mãe Mirian, Pai Célio Rodrigues, Pai Manoel Xoroquê, entre outros, e ressalta que a elaboração do dossiê de tombamento em coautoria com os religiosos foi “fundamental no processo e reflete a intenção de configurar a participação de religiosos/as no processo por meio do protagonismo também na grafia do texto” (IPHAN, 2024, p. 8-9).

Essa abordagem participativa é crucial para garantir que o tombamento reflita os anseios e as perspectivas das comunidades diretamente envolvidas. Notícias como a do portal Alma Preta

(2024) e do INEG/AL (2022) também evidenciam a contínua discussão e mobilização de líderes afroreligiosos e do Ministério Público Federal em torno do tombamento e do acesso aos objetos sagrados.

O primeiro reconhecimento oficial do valor patrimonial do acervo que compõe a Coleção Perseverança em nível governamental ocorreu em 2013, quando o estado de Alagoas procedeu ao seu tombamento por meio do Decreto nº 25.864, de 11 de abril de 2013 (IPHAN, 2024, p. 7). A coleção foi inscrita no Livro de Tombo nº 1 - Bens móveis, de Valor Arqueológico, Etnográfico, Histórico, Artístico, Bibliográfico ou Folclórico (IPHAN, 2024, p. 1). Esse passo foi um marco importante, conferindo proteção legal ao acervo em âmbito estadual.

O processo em nível federal, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi mais longo. Embora a solicitação inicial date de 2011, a abertura formal do processo de tombamento (nº 1896-T-20) ocorreu apenas em fevereiro de 2020 (IPHAN, 2024, p. 8). Diversos trâmites técnicos, incluindo a elaboração de pareceres, diagnósticos de conservação das peças e a instrução do processo com base na Portaria nº 375/2018 do IPHAN, foram necessários. Finalmente, em agosto de 2024, a Coleção Perseverança recebeu a proteção do IPHAN via tombamento provisório (IPHAN, 2024, p. 1). O Edital de Notificação do Tombamento foi publicado no Diário Oficial da União em 22 de julho de 2024, e o IHGAL, como proprietário, anuiu à iniciativa (IPHAN, 2024, p. 10). O parecer final do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, datado de 12 de novembro de 2024, subsidiou a deliberação para o tombamento definitivo e a inscrição da coleção nos livros de tombo das Belas Artes, Histórico, e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (IPHAN, 2024, p. 1). Este reconhecimento em nível federal amplia significativamente a proteção e a visibilidade da coleção, inserindo-o no rol dos bens culturais de importância nacional.

Apesar do importante passo representado pelo tombamento, diversos desafios persistem para a efetiva preservação e visibilidade da Coleção Perseverança. Um dos principais é o estado de conservação das peças. O diagnóstico realizado por especialistas do IPHAN em novembro de 2023 revelou que, embora a maior parte das peças apresente estado de conservação regular ou bom, “aproximadamente um terço delas foi classificado com os indicadores ‘ruim’ e ‘péssimo’” (IPHAN, 2024, p. 10). Isso demanda ações urgentes de conservação e restauro, que exigem recursos financeiros e técnicos especializados. Outro desafio crucial é a questão da gestão compartilhada e do acesso das comunidades de terreiro ao acervo. O Parecer aponta que:

[...] sob os bons auspícios de uma gestão compartilhada que já se delineia, aproximando o Iphan, o Ighal e lideranças religiosas, o fim último deste tombamento é conferir, além da proteção aos objetos, a reparação pelos imensuráveis danos causados aos povos de terreiro de Alagoas (IPHAN, 2024, p. 1-2).

A efetivação dessa gestão compartilhada, garantindo o protagonismo das comunidades na interpretação, exposição e uso ritualístico (quando cabível e desejado) dos objetos, é fundamental para que o tombamento cumpra seu papel reparatório. A difusão do conhecimento sobre a coleção e sobre a história da Quebra de Xangô também é uma perspectiva importante. A exposição de fotografias da coleção que percorreu terreiros em Alagoas (IPHAN, 2024, p. 9) é um exemplo de iniciativa nesse sentido. A criação de materiais educativos, exposições permanentes e itinerantes com novas abordagens museográficas, especialmente da museologia social (uma das preocupações levantadas por Adinolfi em 2011), e a promoção de pesquisas acadêmicas são caminhos para ampliar o alcance e o impacto da coleção. Como aponta a Gazeta de Alagoas (2023), citando o IPHAN, “O tombamento da Coleção Perseverança vai ao encontro do direito à memória dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros de Alagoas”. Garantir esse direito de forma plena é o horizonte que se descortina com o reconhecimento patrimonial.

4.3. O tombamento como instrumento de reparação e resgate da identidade negra

O tombamento da Coleção Perseverança transcende a mera proteção de um conjunto de objetos antigos; ele se configura como um poderoso instrumento de reparação histórica, resgate da identidade e afirmação da diversidade cultural da população negra em Alagoas. Ao reconhecer e salvaguardar o valor patrimonial de uma coleção de objetos nascido da violência e da intolerância, o Estado brasileiro, em suas instâncias estadual e federal, dá um passo significativo no sentido de confrontar um passado de opressão e de valorizar as narrativas e os saberes que foram historicamente marginalizados.

O ato de tomar a Coleção Perseverança representa, antes de tudo, o reconhecimento oficial da importância do patrimônio cultural afro-alagoano. Por décadas, a cultura negra no Brasil, e em Alagoas especificamente, foi alvo de preconceito, desvalorização e tentativas de apagamento. As religiões de matriz africana, em particular, foram estigmatizadas e perseguidas, como brutalmente demonstrado pela Quebra de Xangô. O tombamento dos objetos sagrados oriundos desse episódio traumático inverte essa lógica, afirmando que essa cultura não apenas tem valor, mas é parte constitutiva e essencial da identidade e da história do Brasil. O Parecer é explícito ao afirmar que, no que se refere ao valor histórico da coleção:

[...] a própria formação da coleção pode ser compreendida pelo viés do racismo historicamente cultivado no Brasil, que fomentou e fomenta, até os dias atuais, uma série de ações repressivas aos terreiros e a outras práticas culturais da população africana e afrodescendente (IPHAN, (2024, p. 12).

Assim, o tombamento é um ato de contraponto a esse racismo histórico. Especialmente quando os principais agentes de qualificação do processo de instrução do tombamento são os povos de terreiros do estado de Alagoas. Apesar das dificuldades e das discussões que tangem o tema das metodologias colaborativas envolvendo instituições de memória e patrimônio, o IPHAN deixou evidente que não é possível realizar um empreendimento como este sem a contribuição direta dos principais interessados no tema.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta jornada investigativa, que percorreu desde a complexa e dolorosa formação social brasileira no pós-abolição, marcada pela consolidação de uma mentalidade racista, passando pela análise de episódios emblemáticos de violência e intolerância como a Quebra de Xangô, até a discussão sobre o tombamento da Coleção Perseverança, emerge com clareza a profunda interconexão entre memória, identidade, cultura e a luta antirracista.

A trajetória da população negra no Brasil é uma história de resiliência e resistência contínua frente a um sistema que historicamente buscou negar sua humanidade, apagar suas contribuições e silenciar suas vozes. O racismo estrutural, como demonstrado, não é uma abstração, mas uma realidade concreta que se manifesta na exclusão social, na violência simbólica e física e na tentativa de aniquilamento das ricas e diversas expressões culturais de matriz africana.

A análise revelou como a abolição da escravatura, desacompanhada de políticas efetivas de inclusão e reparação, lançou a população negra a um cenário de marginalização, onde ideologias racistas, importadas e adaptadas pela elite intelectual, forneceram o arcabouço “científico” para justificar a desigualdade e o projeto de branqueamento da nação. Essa mentalidade racista, profundamente enraizada, permeou as instituições e as relações sociais, criando um ambiente hostil à diversidade e, em particular, às manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras.

A Quebra de Xangô, exemplificou de forma contundente como essa mentalidade se traduziu em atos de perseguição e destruição, visando não apenas reprimir práticas religiosas, mas também apagar símbolos identitários e desarticular comunidades.

É neste contexto de negação histórica e violência continuada que o tombamento da Coleção Perseverança se revela como um ato de profunda significação e um possível divisor de águas. Mais do que um mero procedimento administrativo de reconhecimento patrimonial, o tombamento e a salvaguarda desta coleção representa um poderoso instrumento de combate e resistência à construção racializada que marcou a história do Brasil. Ele se configura como uma resposta importante ao apagamento, ao silenciamento e à inferiorização a que a cultura negra foi sistematicamente submetida. Ao proteger e valorizar o acervo que compõe a Coleção Perseverança, o Estado e a sociedade reconhecem, ainda que tardiamente, a importância

fundamental da herança africana para a constituição da identidade brasileira e a necessidade de preservar as narrativas e os saberes que esta coleção salvaguarda.

O tombamento da Coleção Perseverança é, portanto, um ato de resgate da identidade e da diversidade cultural negra. Ele permite que as memórias, as tradições, as artes, os conhecimentos e as formas de organização social da comunidade negra sejam não apenas preservadas, mas também celebradas e difundidas. Isso é crucial para o fortalecimento da autoestima social da população negra, para a construção de referências positivas para as novas gerações e para a desconstrução de estereótipos racistas que ainda persistem em nossa sociedade.

As utilizações desta coleção para cultura negra são múltiplas e impactantes: ele pode subsidiar programas educativos e pedagógicos em escolas e universidades, promovendo uma educação antirracista desde a base; pode ser o cerne de exposições e mostras culturais, tanto fixas quanto itinerantes, que levem ao grande público a riqueza e a diversidade da produção cultural afro-brasileira; pode fomentar a pesquisa acadêmica, servindo como fonte primária para estudos que aprofundem o conhecimento sobre a história e as contribuições da população negra; pode inspirar projetos culturais e artísticos, desde peças de teatro e composições musicais até obras de artes visuais e produções audiovisuais; e pode, fundamentalmente, servir como um espaço vivo para ações de fortalecimento comunitário, encontros, debates e produção de novos saberes, conectando o passado, o presente e o futuro da luta negra.

Ademais, o tombamento da Coleção Perseverança se estabelece como uma ferramenta crucial no combate ao racismo estrutural. Ao conferir legitimidade e proteção a um patrimônio cultural negro, ele desafia as hierarquias culturais impostas pelo racismo, que historicamente privilegiaram as manifestações de origem europeia em detrimento das demais. Este ato de reconhecimento institucional envia uma mensagem poderosa de que a cultura negra é parte integrante e indissociável do patrimônio nacional e que sua preservação é um dever de todos, além disso, de que é fundamental a utilização de metodologias colaborativas ou participativas, trazendo os principais interessados nestes processos de salvaguarda para o centro das discussões. Ele fomenta a educação para as relações étnico-raciais, estimula a pesquisa e a produção de conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira e pode inspirar outras iniciativas de valorização e proteção de patrimônios negros em todo o país.

No entanto, ao refletirmos sobre o papel da Coleção Perseverança na luta antirracista e na valorização da cultura negra, uma indagação de suma importância emerge: a quem pertence,

de fato, o direito de salvaguarda dessa coleção? Ou, de forma mais precisa, quem possui legitimidade para zelar, preservar e dar sentido ao seu uso e difusão?

O contexto histórico da coleção — composto por objetos sagrados saqueados durante a Quebra de Xangô — levanta questões éticas e políticas sobre sua posse. Seria coerente, no marco de uma sociedade em processo de reparação histórica, que esse patrimônio permaneça sob a guarda de instituições públicas que foram, por vezes, coniventes com o processo de apagamento cultural e ideológico da população negra? Ou, ao contrário, deveríamos devolvê-lo integralmente às comunidades de terreiro, de onde esses objetos foram violentamente arrancados? Estas questões devem ser aprofundadas em novas pesquisas.

Mas ambas as posições trazem implicações importantes. De um lado, manter a coleção em instituições formais pode garantir visibilidade pública, infraestrutura de conservação, fomento à pesquisa e acesso amplo — o que fortalece seu uso como instrumento pedagógico. De outro, é fundamental reconhecer que os terreiros e as lideranças religiosas afro-brasileiras são os legítimos detentores do saber simbólico e espiritual desses objetos, o que não quer dizer que não haverá disputas internas entre os povos de terreiro pela gestão dos objetos da Coleção Perseverança. Mais do que peças museológicas, esses itens são, como observam Rodrigues e Muniz (2022), objetos vivos, portadores de axé, de ancestralidade.

Diante desse dilema, o caminho que melhor concilia reparação, justiça e responsabilidade é o da guarda compartilhada. Essa proposta baseia-se no princípio do respeito mútuo às especificidades de cada ator envolvido: o Estado, as instituições de memória e a comunidade tradicional afro-brasileira. A guarda compartilhada propõe a construção de um modelo participativo de gestão da coleção, em que as decisões sobre sua curadoria, exibição, circulação e interpretação sejam tomadas de forma conjunta, respeitando os saberes tradicionais e os critérios técnicos de conservação.

Essa proposta exige, é claro, uma reestruturação institucional. As entidades públicas que detêm hoje a coleção devem abrir-se à escuta e ao protagonismo das lideranças de terreiro, reconhecendo nelas não apenas fontes de informação, mas sujeitos plenos de direitos culturais. Ao mesmo tempo, é necessário que essas lideranças possam dialogar com os espaços institucionais sem que seus saberes sejam exotizados ou subordinados a lógicas eurocêntricas.

A guarda compartilhada é, assim, uma pedagogia da convivência e da reparação. Ela ensina que a memória não pode ser dissociada da justiça, que o cuidado com o patrimônio

cultural exige escuta sensível e que a superação do racismo passa por práticas concretas de redistribuição de poder e reconhecimento. Essa experiência pode, inclusive, tornar-se um modelo para a salvaguarda de outros patrimônios culturais de comunidades tradicionalmente silenciadas no Brasil.

Conclui-se, portanto, que o tombamento da Coleção Perseverança transcende a esfera da preservação cultural para se inscrever como um ato político de resistência, reparação e transformação social. Ele materializa a luta por reconhecimento e justiça da população negra e se apresenta como um farol na contínua batalha contra o racismo. Ao mesmo tempo, ao propor uma nova lógica de salvaguarda compartilhada, reconhece que o protagonismo da população negra não se limita ao passado que se tenta proteger, mas está também no presente e no futuro que se deseja construir.

Que este e outros atos de valorização da memória e da cultura negra, potencializados por usos criativos, engajados e respeitosos de seus acervos, possam se multiplicar. Que as instituições aprendam com os terreiros; que o Estado aprenda a compartilhar poder; que a sociedade aprenda a valorizar aquilo que por tanto tempo tentou suprimir. A perseverança, que nomeia a coleção, é a marca da luta negra, e é com essa mesma perseverança que se deve seguir na construção de um futuro antirracista, inclusivo e profundamente enraizado na diversidade cultural que é, afinal, a verdadeira riqueza do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Decreto nº 25.864, de 11 de abril de 2013. Dispõe sobre o tombamento estadual do Acervo Perseverança. Alagoas, 2013. Disponível em <https://secult.al.gov.br/patrimonio-cultural/principal/legislacoes/814-decreto-n-25-864-2013>. Acesso em 20 mai 2025.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é Racismo estrutural. Belo Horizonte, Letramento, 2018.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo, Global, 2008.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 20 mai 2025.
- DUARTE, Abelardo. Folclore Negro das Alagoas. Maceió, EDUFAL, 1974.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Globo, 2008.
- FERNANDES, Nathália Vince Esgalha. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. Revista Calundu, v. 1, n. 1, p. 117-136, 2017. Disponível em: https://calundu.org/wp-content/uploads/2017/08/revista_calundu_v1_n1.pdf#page=124. Acesso em 10 abr 2025.
- FONTES, Larissa. Um Orixá Desaparecido: etnografia num museu silencioso. Afro-Ásia, n. 64, p. 363-399, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/770/77070146010/>. Acesso em 05 mai 2025.
- FRY, Peter. “Feijoada e “Soul Food”: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais”. In: Para Inglês Ver – identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

Grupo de Trabalho Encerra Primeira Parte do Processo Para Confecção de Dossiê de Tombamento da Coleção Perseverança. INEG/AL - Instituto do Negro de Alagoas. Alagoas, 4 ago 2024. Disponível em: <https://inegalagoas.org/2022/10/20/grupo-de-trabalho-encerra-primeira-parte-do-processo-par-a-confeccao-de-dossie-de-tombamento-da-colecao-perseveranca/>. Acesso em 27 abr 2025.

IPHAN/AL Anuncia Tombamento da Coleção Perseverança, Acervo Constituído da Violência do Quebra de Xangô de 1912. INEG/AL - Instituto do Negro de Alagoas. Alagoas, 4 ago 2024. Disponível em: <https://inegalagoas.org/2024/08/04/iphan-al-anuncia-tombamento-da-colecao-perseveranca/>. Acesso em 27 abr 2025.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Parecer Técnico nº 3/2024 sobre o Tombamento da Coleção Perseverança, de 12 de nov 2024. PDF. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/banco-de-pareceres/tombamento/13-parecer-colecao-perseveranca-al.pdf/@@download/file>. Acesso em 30 abr 2025.

MARCANTE, Maycon Fernando. Coleção perseverança: uma etnografia da mediação do processo de patrimonialização. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em antropologia social da UFAL, 2023.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

PACHECO, Lwdmila Constant. Racismo e Intolerância Religiosa: Representações do Xangô nos jornais de Maceió entre 1905 e 1940. Sankofa (São Paulo), São Paulo, Brasil, v. 8, n. 15, p. 80–109, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/102435..> Acesso em: 13 mar. 2025.

PIMENTEL, Diogo Fabiano Barbosa. O quebra de Xangô de 1912: uma reflexão histórica. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022 Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/9106/1/O%20quebra%20de%20Xang%C3%B4%20de%201912%3A%20uma%20reflex%C3%A3o%20hist%C3%B3rica.pdf>. Acesso em: 18 abr 2025.

RAFAEL, Ulisses Neves. Muito barulho por nada ou o “xangô rezado baixo”: uma etnografia do “Quebra de 1912” em Alagoas, Brasil. Etnográfica, vol. 14 (2) | 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/297>. Acesso em 03 jun 2025.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira; MUNIZ, J. P. . Coleção Perseverança. Antropologia museale, v. 45, p. 45-49, 2022.

SANTOS, Gabriel. “Quebra de Xangô, o racismo e a intolerância religiosa em Alagoas”. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2020/02/05/quebra-de-xango-o-racismo-e-aintolerancia-religiosa-em-alagoas/>, acesso em 18.abr 2021

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

TENÓRIO, Douglas Apratto et al. (Orgs.). A Presença Negra em Alagoas. Maceió, EDUFAL, 2014. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/649526>, Acesso em 21 abr 2025.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 237–248, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/NtsgyP5DLx9P867hBBhv3xh/>. Acesso em 28 mar 2025.

VERGÈS, Françoise. Decolonizar o museu – Programa de desordem absoluta. São Paulo, Ubu, 2023.